



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)/  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT) em implantação  
INSTITUTO DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO PROFISSIONAL

**LUCELI SANTÍLIA SILVA DE PAULA**

**A EXPERIÊNCIA DO CEJA PROF.<sup>a</sup> ALZIRA DE SOUZA CAMPOS NO ENSINO  
PRESENCIAL E AS MUDANÇAS IMPOSTAS PELO ENSINO REMOTO NO  
CONTEXTO PANDÊMICO NOS ANOS DE 2020/2021**

CATALÃO  
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese

#### 2. Nome completo do autor

Luceli Santília Silva de Paula

#### 3. Título do trabalho

A EXPERIÊNCIA DO CEJA PROF.ª ALZIRA DE SOUZA CAMPOS NO ENSINO PRESENCIAL E AS MUDANÇAS IMPOSTAS PELO ENSINO REMOTO NO CONTEXTO PANDÊMICO NOS ANOS DE 2020/2021.

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Lucia Márcia Resende Silva, Professora do Magistério Superior**, em 29/03/2022, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **LUCELI SANTÍLIA SILVA DE PAULA, Discente**, em 29/03/2022, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do



[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2730214** e o código CRC **CF14CD8A**.

---

Referência: Processo nº 23070.010824/2022-83

SEI nº 2730214

**LUCELI SANTÍLIA SILVA DE PAULA**

**A EXPERIÊNCIA DO CEJA PROF.<sup>a</sup> ALZIRA DE SOUZA CAMPOS NO ENSINO PRESENCIAL E AS MUDANÇAS IMPOSTAS PELO ENSINO REMOTO NO CONTEXTO PANDÊMICO NOS ANOS DE 2020/2021**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional, do Instituto de História e Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG) / Universidade Federal de Catalão (UFCAT) em implantação, como requisito para obtenção do título de Mestra em História. Área de concentração: História, Sociedade e Práticas Educativas. Linha de pesquisa: 2.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Luzia Márcia Resende Silva.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

DE PAULA, LUCELI SANTILIA SILVA  
A EXPERIÊNCIA DO CEJA PROF.<sup>a</sup> ALZIRA DE SOUZA  
CAMPOS NO ENSINO PRESENCIAL E AS MUDANÇAS IMPOSTAS  
PELO ENSINO REMOTO NO CONTEXTO PANDÊMICO NOS ANOS  
DE 2020/2021. / LUCELI SANTILIA SILVA DE PAULA. - 2022.  
87, f.

Orientadora: Profa. Dra. Luzia Márcia Resende Silva.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto  
de História e Ciências Sociais, Catalão, Programa de Pós-Graduação  
em História, Catalão, 2022.

Bibliografia.

Inclui gráfico, tabelas, lista de figuras.

1. EJA. 2. Ensino remoto. 3. Evasão. 4. Pandemia. 5. Covid-19. I.  
Silva, Luzia Márcia Resende, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ata nº **104** da sessão de Defesa de Dissertação de **Luceli Santília Silva de Paula**, que confere o título de Mestra em História – nível Mestrado Profissional, na área de concentração em História.

Aos **vinte e nove dias do mês de março de dois mil e vinte e dois**, a partir da(s) **09h00m, remotamente**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada: A EXPERIÊNCIA DO CEJA PROF.<sup>a</sup> ALZIRA DE SOUZA CAMPOS NO ENSINO PRESENCIAL E AS MUDANÇAS IMPOSTAS PELO ENSINO REMOTO NO CONTEXTO PANDÊMICO NOS ANOS DE 2020/2021. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Luzia Márcia Resende Silva - (PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT em implantação)** “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência” com a participação das demais membras da Banca Examinadora: Professora Doutora **Maria Zenaide Alves - (PPGEDUC/FAE/UFG/UFCAT em implantação)** membra titular externa “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência” e o Professor Doutor **Ismar da Silva Costa - (PPGHMP/INHCS/UFG/UFCAT em implantação)**, membro titular interno “cuja participação ocorreu por meio de videoconferência”. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho de forma a estabelecer melhor vínculo com o conteúdo. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Luzia Márcia Resende Silva**, Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e o nove dias do mês de março de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Luzia Márcia Resende Silva, Professora do Magistério Superior**, em 29/03/2022, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ismar Da Silva Costa, Professor do Magistério Superior**, em 29/03/2022, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Zenaide Alves, Professora do Magistério Superior**, em 29/03/2022, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2730071** e o código CRC **0424BD23**.

**Referência:** Processo nº 23070.010824/2022-83

SEI nº 2730071

Dedico este trabalho ao meu colega e amigo Alex que tanto me incentivou para que fizesse o Mestrado, e à minha filha Sany que me socorreu em vários momentos durante o percurso deste trabalho. Obrigada!

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a Deus por me dar a oportunidade de estar à frente do CEJA – Professora Alzira de Souza Campos há mais de uma década;

Agradeço à minha filha Bruna que mesmo de longe sempre torceu por mim, ao meu esposo por estar sempre presente na minha vida e ao meu genro Müller que esteve disposto a me orientar quanto às tecnologias todas as vezes que precisei;

Agradeço à minha querida orientadora Professora Doutora Luzia Márcia Resende Silva por toda a paciência e compreensão a mim dedicada;

Agradeço ao Professor Doutor Ismar da Silva Costa por todo reconhecimento sempre mencionado ao meu trabalho diante do CEJA – Professora Alzira de Souza Campos;

Agradeço ao Professor Doutor Cláudio Lopes Maia que me auxiliou muito na qualificação deste texto;

Agradeço à Professora Doutora Maria Zenaide Alves que aceitou fazer parte da minha banca de defesa;

Agradeço ao corpo de docente do Mestrado Profissional em História e a UFCAT pela oportunidade de mestrado oferecida à população de Catalão e região.

*“Se a educação sozinha não  
transforma a sociedade, sem ela  
tampouco a sociedade muda”.*

*Paulo Freire*

DE PAULA, Luceli Santília Silva. **A experiência do CEJA Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos no ensino presencial e as mudanças impostas pelo ensino remoto no contexto pandêmico nos anos de 2020/2021.** 83p. Dissertação de Mestrado. UFCAT, Catalão, 2021.

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo mostrar as dificuldades da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, além de discorrer sobre os problemas encontrados durante o ensino remoto na pandemia de Covid-19 no CEJA - Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos, em Catalão – Goiás. Tendo como objeto as transformações impostas pelo ensino remoto, esta pesquisa se constitui como documental e exploratória. O CEJA - Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos foi fundado no ano de 1995 e seu público é determinado em lei: indivíduos acima de 15 anos de idade para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio, que não puderam participar do processo de ensino/aprendizagem em idade considerada ideal pelo Plano Nacional de Educação. Tais sujeitos procuram a instituição por motivos diversos como: necessidade de formação para adentrar ao ensino superior, busca do certificado exigido para o mercado de trabalho, prestação de concursos e também a obtenção de conhecimento. Porém, com a pandemia do Covid-19 as aulas escolares foram inseridas no modelo remoto em plataformas on-line e os alunos tiveram que parar de ir até a escola, agravando problemas já existentes nas escolas de Educação de Jovens e Adultos, levando ainda ao sucateamento de um ensino que já era precário: evasão escolar, reprovação, baixa nível de aprendizagem, excesso de trabalho que leva ao baixo rendimento do trabalhador, além de, transformar o ensino do CEJA fazendo com que o espaço escolar, antes acolhedor e de lazer, ficasse vazio e as aulas fossem dadas através de tablets e celulares.

**Palavras-chave:** EJA. Ensino remoto. Evasão. Pandemia. Covid-19.

## ABSTRACT

This work intended to show the difficulties of Youth and Adult Education in Brazil, and to discuss the problems found during remote education in the Covid-19 pandemic at CEJA - Prof. Alzira de Souza Campos, in Catalão – Goiás. This research is constituted as documental and exploratory about the transformations imposed by remote teaching. CEJA - Prof. Alzira de Souza Campos was founded in 1995 and its students are determined by law: people over 15 years old for Elementary School and 18 years old for High School, who could not participate in the process of teaching/learning at an ideal age considered by the National Education Plan. The students search for CEJA for many reasons: they need training to enter at university, they look for the certificate required for the labor market, to make some public test examinations and also to gain knowledge. However, with the Covid-19 pandemic, school classes were included in the remote model on online platforms and students had to stop going to school, aggravating existing problems in Youth and Adult Education schools, leading to scrapping teaching that was already precarious: school evasion, failure in grade, low learning level, overwork which leads to low worker learning. Besides that, it changed the CEJA's teaching, making the school space, previously welcoming and happy, now empty, with classes through tablets and cell phones.

**Keywords:** EJA. Remote teaching. Evasion. Pandemic. Covid-19.

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1:** Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade em Catalão - Goiás em 2010.....35
- Tabela 2:** Números da escolarização na cidade de Catalão em 2019/2020.....36
- Tabela 3:** Números de alunos matriculados no EJA de Catalão no segundo semestre de 2021 no sistema prisional divididos por gênero, idade e série.....36
- Tabela 4:** Números de alunos matriculados no CEJA de Catalão no segundo semestre de 2021 no período matutino divididos por gênero, idade e série.....38
- Tabela 5:** Números de alunos matriculados no CEJA de Catalão no segundo semestre de 2021 no período noturno divididos por gênero, idade e série.....39
- Tabela 6:** Números de alunos matriculados no CEJA de Catalão no segundo semestre de 2021 no EJATEC divididos por gênero, idade e série.....41

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade por região do Brasil (2019).....	34
<b>Gráfico 2:</b> Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade em Goiás entre 2012 e 2018.....	35
<b>Gráfico 3:</b> Matrícula inicial por semestre no CEJA Professora Alzira de Souza Campos - presencial (2018-2020).....	59
<b>Gráfico 4:</b> Matrícula inicial Por Semestre- EJATEC (2019-2020).....	60
<b>Gráfico 5:</b> Número de desempenho do CEJA – Professora Alzira de Souza Campos - 2017 a 2020 (presencial).....	61
<b>Gráfico 6:</b> Desempenho EJATEC - CEJA – Professora Alzira de Souza Campos (2019-2020) (EaD).....	62

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Aniversário do CEJA Professora Alzira Souza de Campos.....	47
<b>Figura 2:</b> Execução do projeto datas comemorativas – Dia das mães.....	50
<b>Figura 3:</b> Thanksgiving.....	51
<b>Figura 4-</b> Execução do projeto Cerrado.....	55
<b>Figura 5-</b> Usuários de internet no Brasil: total e classe social de 2014 a 2019.....	64
<b>Figura 6 -</b> Dispositivos utilizados para acesso individual à internet.....	64

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I - A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA NO BRASIL</b> .....	19
1.1 A EJA E SUAS MANIFESTAÇÕES .....	19
1.2 O ATUAL ESTADO DA EJA NO BRASIL.....	24
1.3 AGRAVAMENTO NO NÚMERO DE EVASÕES ESCOLARES DOS ALUNOS DA EJA DOS ÚLTIMOS ANOS.....	27
<b>CAPÍTULO II - CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROFESSORA ALZIRA DE SOUZA CAMPOS: HISTÓRIA E AS TRANSFORMAÇÕES IMPOSTAS PELA LEGISLAÇÃO</b> .....	31
2.1 A EJA COMO É HOJE E COMO SURTIU O CEJA PROFESSORA ALZIRA DE SOUZA CAMPOS EM CATALÃO - GOIÁS.....	31
2.2 CEJA PROF. <sup>a</sup> . ALZIRA DE SOUZA CAMPOS: HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES.....	45
2.2.1 História e Organização da Instituição .....	45
2.2.2 Números anteriores à pandemia em comparação com o momento de pandemia atual	58
2.2.3 A proposta de Educação a Distância na EJA .....	65
<b>CAPÍTULO III - O CEJA PROF.<sup>a</sup> ALZIRA DE SOUZA CAMPOS E O CONTEXTO DO ENSINO REMOTO</b> .....	69
3.1 TRANSFORMAÇÕES IMPOSTAS PELA PANDEMIA.....	69
3.2 CONFLITOS GERADOS PELA PANDEMIA.....	72
3.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA PANDEMIA.....	73
3.4 CONTEÚDO DISCIPLINAR NA PANDEMIA .....	76
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	78
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	80

## INTRODUÇÃO

Tendo em vista a estruturação da EJA em suas várias implicações, este estudo teve como objetivo compreender como as transformações acarretadas pela implementação do ensino remoto no ano de 2020 e 2021 impactaram as diversas estruturas do cotidiano escolar do Centro de Educação de Jovens e Adultos Professora Alzira de Souza Campos, situado em Catalão, Goiás. O CEJA- Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos foi fundado no ano de 1995 e seu público é determinado em lei: indivíduos acima de 15 anos de idade podem realizar o Ensino Fundamental e 18 anos podem realizar o Ensino Médio, que anteriormente não puderam participar do processo de ensino/aprendizagem em idade considerada ideal pelo Plano Nacional de Educação. Tais sujeitos procuram a instituição para a obtenção de conhecimento por motivos diversos como: necessidade de formação para adentrar ao ensino superior, busca do certificado exigido para o mercado de trabalho, prestação de concursos, dentre outros.

Enquanto membro da instituição há 22 anos, sendo oito anos como docente, dois anos como coordenadora pedagógica, dois anos como vice-diretora e há mais 10 anos como diretora, pude perceber a importância do CEJA para a comunidade local, pois, além de seu aspecto educativo, a mesma também atua como local de sociabilidade e afetividade. Além disso, considerando as práticas desenvolvidas, o CEJA sempre se organizou de modo a atender as necessidades dos alunos frequentadores da melhor forma, traçando estratégias de inclusão, e reorganizando as práticas em sala de aula de modo a atender as demandas específicas de cada indivíduo.

Porém, a Educação de Jovens e Adultos sempre sofreu com problemas de diversos tipos que afastam os alunos da oportunidade de estudar. A pandemia trouxe apenas novos problemas e agravou problemas já existentes, como o cansaço dos alunos, que em maior parte são trabalhadores, o que leva a não frequência às aulas com justificativa pela falta de tempo; além dos problemas de evasão e fracasso escolar devido à idade média dos alunos serem alta.

Por isso há um conjunto de barreiras que são problemáticas e são, constantemente, contornadas a partir de planejamentos estratégicos frequentes. Contudo, tendo em vista as novas proposições incluídas na LDB-96 que aponta a possibilidade de transição da EJA para a modalidade Educação à Distância o que

torna visível uma busca a todo custo para diminuir os gastos com a educação. Vale ressaltar aqui que o sistema atual no qual se encontra as aulas do CEJA - Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos ainda é um o ensino remoto e não EaD, e conta com apostilas de conteúdo e exercícios. O ensino presencial retornou em agosto de 2021, porém os alunos estão com resistência em voltarem às salas de aula, recebendo apostilas para acompanharem o conteúdo. Lembrando que o ensino remoto se difere da EaD que faz uso de plataformas digitais, porém com seu formato próprio de ensino-aprendizagem. A construção de um processo investigativo acerca das transformações é de suma importância para a compreensão e desenvolvimento de estratégias para a manutenção da qualidade do ensino, pois embora saibamos que possibilidades como a aplicação integral da EaD na EJA sejam preocupantes.

Tendo como objeto as transformações impostas pelo ensino remoto, esta pesquisa se constituiu como documental. A pesquisa documental, “[...] envolve a investigação em documentos internos [da organização] ou externos [governamentais, de organizações não-governamentais ou instituições de pesquisa, dentre outras]. É uma técnica utilizada tanto em pesquisa quantitativa como qualitativa” (ZANELLA, 2013, p. 118).

Como fontes foram utilizadas leis de alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394 expedidas nos últimos anos cujas proposições afetam direta ou indiretamente a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. As leis serão adquiridas por meio de levantamento no site oficial da Câmara dos Deputados. Além da legislação, também faremos uso de normas, regulamentos, regimentos, Projeto Político Pedagógico da instituição, memoriais, dentre outros documentos normativos responsáveis pela estruturação das instituições no período do ensino remoto. Podemos definir a pesquisa documental como extremamente importante ao campo historiográfico.

Como referencial teórico foram utilizadas obras em diversos formatos, como teses, dissertações, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, trabalhos publicados em anais de eventos, dentre outros. Destacamos os estudos de Oliveira (2007), Friedrich (2010) e Freire (2015) como basilares no que tange à estruturação de um modelo de educação direcionado a jovens e adultos no Brasil. Vale destacar, que a maior preferência por obras em formato digital se dá devido ao atual contexto pandêmico, o que impede a busca por obras físicas em bibliotecas e arquivos.

A revisão da literatura deve ser crítica, baseada em critérios metodológicos, a fim de separar os artigos que têm validade daqueles que não têm. Constitui perda de tempo ler um artigo que não segue esses padrões, pois sua leitura apenas confundirá as respostas ao problema a ser pesquisado, a não ser para sua própria crítica posterior ou pelo seu valor histórico. Isso não quer dizer que tais artigos não são importantes, na realidade são frutos de um trabalho que está em constante evolução (AMARAL, 2007, p. 02).

A revisão literária foi efetuada de modo a direcionar a pesquisa, especificamente no quesito de leituras, construindo uma carga de conhecimentos válidos à temática proposta. Ainda sobre a pesquisa bibliográfica podemos destacar que a mesma deve se desenvolver a partir de especificidades, ou seja: por assunto, autores, veículos, período de tempo, e por combinações entre eles. Serão utilizadas ferramentas que abriguem textos acadêmicos como Scielo, Google Acadêmico, sites de revistas e periódicos e o Banco Nacional de Teses e Dissertações.

O interesse por esta temática surgiu a partir de uma série de vivências como professora e gestora do CEJA- Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos da cidade de Catalão-GO, desde o ano de 1998. Por meio desta experiência profissional de longo prazo foi possível perceber o impacto social do CEJA através do ensino presencial e também desta nova modalidade de ensino, pois ela é responsável por uma constante inclusão dos sujeitos excluídos do ciclo educacional, sejam por questões de disponibilidade de tempo, familiares ou estruturais, e que buscam melhores condições de subsistência por meio dos estudos. Podemos destacar que um dos principais atrativos da Educação de Jovens e Adultos após o texto original da LDB-96 se situa na possibilidade de articulação entre o ensino básico e a formação profissional, com aspirações ao mercado de trabalho.

Com base em percepções pessoais enquanto docente/gestora é possível perceber que a Instituição possui não somente um impacto educativo sobre seus alunos, mas também afetivo, visto que se criam relações de solidariedade e companheirismo entre os diversos integrantes deste espaço. Podemos destacar o impacto desse CEJA como lugar de identificação dos sujeitos que o frequentam, pois, a partir de uma série de relatos já ouvidos, percebe-se que a instituição atua também como um local de sociabilidade.

No cotidiano do CEJA Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos podem ser identificadas frequentes situações de socialização entre os alunos, professores e demais componentes, seja em horário de lanche ou até mesmo durante as aulas. Em vários momentos são presenciadas conversas descontraídas entre professor e aluno, o

que demonstra que no CEJA a hierarquização tão presente nos sistemas de ensino brasileiro está um pouco menos enraizada, o que pode ser resultado de uma configuração distinta, tanto do perfil dos alunos, quanto dos métodos de ensino já que os professores constantemente oferecem muito além da educação aos alunos.

Como o público é muito diferente de uma escola regular de ensino básico, todos os funcionários do CEJA - Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos trabalham com uma acolhida sempre fraterna para que o ambiente de ensino seja acolhedor e motivador já que os alunos precisam de muito apoio para permanecer até o fim do curso e não evadirem. Por isso, é possível afirmar que a instituição pesquisada também exerce um papel de apoio a um conjunto de indivíduos, pois os alunos, em sua grande maioria, demonstram perceber na Instituição um local de abrigo e proteção.

Dentre as vivências e considerações feitas é possível acreditar que a pesquisa acerca da modalidade de Educação de Jovens e Adultos possui grande importância devido às suas políticas de inclusão de uma população deixada às margens do sistema educativo regular, que será detalhada nos próximos capítulos, visto que o Governo Federal excluiu dos documentos oficiais as considerações, inovações e preocupações com a modalidade EJA. E a partir das mudanças impostas pela implantação do ensino remoto é possível prever a ocorrência de um considerável impacto na organização destes espaços de ensino/aprendizagem destinados a jovens e adultos.

Com base nas mudanças impostas pelo ensino remoto e nas normas que o norteiam no Estado de Goiás, esta pesquisa se justifica como importante ponto de reflexão acerca dos impactos estruturais, pedagógicos e sociais da EJA, além de mostrar como CEJA tentou amenizar os impactos negativos de forma a contribuir para a permanência mínima de um ensino de qualidade, buscando manter seu teor inclusivo, assim como propôs Paulo Freire (1999) em Pedagogia de Autonomia, obra que perpassa por exposição de sentimentos como: cuidado, qualificação, interesse, empatia, amorosidade, amizade, amor indiferenciado, amor diferenciado, promoção, nutrição, proteção, vínculo e todo o desdobramento ético e estético decorrente da experiência cara a cara com o educando, no processo educativo, na promoção do potencial humano, do potencial crítico, político e criativo existencial do educando.

A competência técnica científica e o rigor de que o professor não deve abrir mão no desenvolvimento do seu trabalho, não são incompatíveis com a amorosidade necessária às relações educativas. Essa postura ajuda a

construir o ambiente favorável à construção do conhecimento onde o medo do professor e o mito que se cria em torno de sua pessoa vão sendo desvelados. (FREIRE, 1999, p. 11).

Freire (1999) ainda destaca que nenhuma formação “docente verdadeira pode fazer-se alheada, de um lado, do exercício da criticidade que implica a promoção da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica, e do outro” sem, de fato, entender e “fazer o reconhecimento do valor das emoções, da sensibilidade, da afetividade, da intuição ou adivinhação”. Para Freire (1999) conhecer não é, de fato, adivinhar, “mas tem algo que ver, de vez em quando, com adivinhar, com intuir.” Por isso, o importante, não resta dúvida, é “não pararmos satisfeitos ao nível das intuições, mas submetê-las à análise metodicamente rigorosa de nossa curiosidade epistemológica”. (FREIRE, 1999).

Para além disso, através dessa pesquisa acreditamos ser possível também construir um panorama da história sobre a Educação de Jovens e Adultos em uma perspectiva legislativa, na qual buscaremos desenvolver comparações entre o texto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação do ano de 1996 e a atualização da mesma ocorrida no início do ano de 2020. A partir desse panorama visualizamos a possibilidade de se compreender o impacto da transição deste ensino para a perspectiva remota. Para isto, será desenvolvido um retorno histórico, de modo a identificar as mudanças na legislação que já previam a transição desta modalidade de ensino ao ambiente virtual, sendo o ensino remoto apenas o catalizador para aspirações já postas há anos.

Ao observar o texto do artigo 87 da LDB-96, “[...] II – prover cursos presenciais ou à distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados; III – realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância” (BRASIL, art. 80, 1996), podemos perceber que desde sua forma original aberturas para a implantação do ensino a distância foram desenvolvidas, o que nos sugere um processo premeditado em prol do corte de gastos para com a modalidade presencial.

Com base nos estudos já desenvolvidos acerca da possibilidade de inserção do Ensino a Distância na Educação de Jovens e Adultos, podemos perceber uma série de trabalhos desenvolvidos, uns contra, outros a favor dessa transformação. Como podemos perceber em citação de Souza, Fernandes e Barreto (2018, p. 05).

O parecer CNE/CEB/11/2000 enfatiza a Educação de Jovens e Adultos como uma promessa de desenvolvimento para todas as pessoas, de todas as idades. Desta forma, possibilitará a jovens e adultos atualizar seus conhecimentos e adquirir novas habilidades, trocando experiências, facilitando o acesso às novas possibilidades de trabalho e cultura tanto do mundo real quanto do virtual. (SOUZA, FERNANDES E BARRETO. 2018, p. 5).

Em contraponto à citação anterior, Edneia Gonçalves<sup>1</sup>, em entrevista ao Centro de Referência em Educação Integral (2020), diz que,

A EaD seria bem-vinda como mais uma das possibilidades metodológicas em um processo de articulação de saberes que inclui os multiletramentos e o acesso às novas tecnologias. Mas ainda não conseguimos discutir um modelo de EaD que dê conta das demais modalidades de ensino, quem dirá para EJA. É colocar embaixo do tapete todas as demandas por educação e atendimento de qualidade para jovens e adultos” (GONÇALVES, E. 2020).

Fazendo uma relação entre os dois estudos podemos perceber que com relação à implantação da EaD na EJA tem-se uma série de perspectivas que se distinguem pelo otimismo, ao mesmo tempo em que alguns pesquisadores a visualizam como uma grande problemática. Como destacado anteriormente, o ensino remoto é uma adaptação do ensino de sala de aula para as telas e a EaD é um tipo de ensino/aprendizagem criado especificamente para funcionar em plataformas digitais. Porém, qualquer um dos dois ensinamentos afastam os alunos do convívio em grupo, afetam a realização de projetos e mecaniza o ensino que deve ser humanitário, prejudicando seriamente o desenvolvimento dos alunos da EJA.

Nosso estudo será dividido em três capítulos. O primeiro intitulado “A História da Educação de Jovens e Adultos - EJA no Brasil” terá enfoque em questões relacionadas ao processo de estruturação da educação direcionada a jovens e adultos no Brasil. Através de um retorno histórico, foram desenvolvidas colocações acerca das diversas articulações políticas, assim como de projetos direcionados à instrução deste público de modo a explicitar seus reais interesses e objetivos.

O segundo capítulo intitulado “Centro de Educação de Jovens e Adultos Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos: história e as transformações impostas pela legislação” discorrerá sobre a estruturação da modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Brasil, visando abordar as principais características do ensino assim como de seu público alvo. Neste momento, são introduzidos os debates acerca das

---

1 Diretora executiva adjunta da Ação Educativa e especialista em EJA.

transformações da legislação educacional nos últimos anos, de modo que seja estabelecida a compreensão de seu impacto sobre esta modalidade de ensino, mais especificamente sobre o Centro de Educação de Jovens e Adultos - Professora Alzira Souza Campos. Neste capítulo, também serão introduzidas à história da instituição, assim como suas principais características.

No terceiro capítulo intitulado “O CEJA Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos no contexto do ensino remoto” desenvolvemos um estudo abordando as transformações impostas pelas normas de implementação do ensino remoto, e seu impacto sobre a EJA em aspectos relacionados à evasão, manuseio e aquisição de tecnologias, práticas pedagógicas, qualidade do ensino ofertado, dentre outras questões.

Vale destacar a exposição das estratégias desenvolvidas pelo CEJA Professora Alzira de Souza Campos para manter o ensino com as novas metodologias necessárias para sucesso do ensino remoto da Educação de Jovens e Adultos durante a pandemia. Por fim, é importante entender que este trabalho surgiu também juntamente com a pandemia, visto que o trabalho inicial era desenvolver outro tema, porém com o início da Covid-19 e o isolamento social, visto que o outro tema requeria trabalhar com relatos de pessoas, ele foi inviabilizado pelo distanciamento e isolamento social, surgindo então à possibilidade deste tema já que ele faz parte do dia a dia da autora, não sendo interrompido com a pandemia, sendo apto a ser executado.

## **CAPÍTULO I - A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA NO BRASIL**

### **1.1 A EJA E SUAS MANIFESTAÇÕES**

A Educação de Jovens e Adultos – EJA – faz parte do Brasil, historicamente, desde a colonização, mas apenas em 1934 que a educação de adultos começou a fazer parte realmente das preocupações do Brasil, justamente quando foi fixado o Plano Nacional de Educação dentro da Constituição Federal do Brasil do mesmo ano. O artigo 150 desta Constituição dispunha da competência da União de fixar o Plano Nacional de Educação, compreendo o ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar sua execução, em todo o país.

Ao longo dos anos o ensino noturno para as pessoas adultas passou por várias transformações que foram detalhadas ao longo do primeiro capítulo deste trabalho. Neste formato atual há algumas décadas o EJA tem unidades em todos os estados brasileiros e contava com mais de três milhões de estudantes matriculados, de acordo com o Portal do Ministério da Educação – MEC, em 2019. Cenário que mudou muito devido a pandemia do Covid-19 que assola o Brasil e o mundo todo desde março de 2020. Com os jesuítas foi possível identificar práticas educativas, contudo, a premissa era baseada na tentativa de disseminação por meio da imposição da cultura, da religião e dos costumes europeus.

Na época de colonização do Brasil, somente as classes médias e altas tinham acesso ao conhecimento nas poucas escolas que existiam, os filhos recebiam atendimento escolar em casa, não havia a necessidade de alfabetizar jovens e adultos, a classe pobre era desfavorecida não tinha nenhum acesso à escola e quando ocorria era de forma indireta (NASCIMENTO, 2013, p. 15).

No século XVII, com o Ato Adicional de 1834 – conjunto de mudanças propostos pela Câmara dos Deputados que afetaram as diretrizes da Constituição de 1824 – foi possível perceber que as classes populares estavam excluídas da preocupação de receberem uma educação, aumentando significativamente o número de jovens e adultos analfabetos. Problema que se arrastou por várias décadas até que em 1930 a educação desses jovens e adultos começa a se destacar e em 1934 é criado, pelo Governo, o Plano Nacional de Educação que “estabeleceu como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional” (FRIEDRICH et.al, 2010). Sobre essa necessidade em acabar com o problema do analfabetismo Albuquerque e Souza afirmam que:

Surgiram, nas primeiras décadas do século XX, muitas propostas de reformas para a educação, no sentido de extinguir o analfabetismo entre os adultos, tais como: reorganização dos cursos noturnos, modificações nos conteúdos, criação de ensinos supletivos e cursos profissionalizantes. Acabar com o analfabetismo no Brasil tornou-se objetivo de muitos, mas ao mesmo tempo em que existia essa necessidade de alfabetizar a população, havia em contrapartida, uma preocupação por parte da elite de perderem o controle sobre os referidos. (ALBUQUERQUE; SOUZA, 2013, p. 27).

Este sempre foi, e ainda é, o grande impasse social: quanto mais educação dar às classes populares mais elas se tornariam capazes de se livrarem do controle da elite.

Então, é possível afirmar que essa Educação de Jovens e Adultos formalizada tem suas primeiras aparições datadas no início do século XX, modalidade esta que, historicamente, se articulou de modo a satisfazer as necessidades capitalistas provenientes dos novos meios de produção, visto que a partir da Revolução Industrial a mão de obra qualificada era necessária para manuseio do maquinário. Sobre isso Almeida e Corso reforçam que:

A Educação de Jovens e Adultos nasceu na década de 1940 com a criação do Serviço de Educação de Adultos (SEA), em 1947, pelo Departamento Nacional de Educação e Saúde. Dentre os seus objetivos estava a coordenação e integração das ações educacionais voltadas para adolescentes e adultos, a distribuição de materiais didáticos e a mobilização tanto da sociedade civil quanto das esferas governamentais. (ALMEIDA; CORSO, 2014, p. 07).

A preocupação acerca do analfabetismo presente no início do período republicano não possuía como principal premissa a erradicação das desigualdades, e sim propagar a educação como forma de alcançar o progresso nacionalmente idealizado com base nos moldes da modernidade europeia. No início dos anos de 1940 surgiram as primeiras campanhas que foram nomeadas de Campanhas de Alfabetização de Massa em âmbito nacional: “Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA); Campanha Nacional de Educação Rural (CNER); e Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) (ALBUQUERQUE; SOUZA, 2013)”.

Enquanto o CEAA possuía como principal objetivo dizimar o analfabetismo do povo brasileiro, o programa não se estruturou de modo a capacitar professores, acarretando a sua conseqüente falha, sendo substituído pelo CNER. O novo programa, visava propagar a educação até mesmo nos ambientes rurais, pois estes

seriam responsáveis por maior parcela do atraso educacional do país, contudo obteve resultados negativos, dando espaço novamente a outro programa, o CNEA. Contudo, mesmo os erros cometidos pelos dois projetos anteriores, o CNEA não modificou o ensino ofertado, acarretando mais uma vez o fracasso, destacam Albuquerque e Souza (2013).

Com o processo de industrialização e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)<sup>1</sup> em 1942, a educação profissional passa a ser vislumbrada como importante veículo para que os cidadãos tenham acesso às conquistas tecnológicas da sociedade como um todo, instrumento para a compreensão do processo produtivo, como instrumento de apropriação do saber tecnológico, de reelaboração da cultura do trabalho, de domínio e geração do conhecimento no seu campo profissional que deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. É nesse momento que a qualificação profissional passa a se instituir dentro da EJA. (FRIEDRICH *et al*, 2010, p. 393).

Em meio ao processo de oferta da educação estatal aos jovens e adultos, Paulo Freire surge como antítese à educação bancária e meramente estatal, apontando a educação como fator essencial para a existência dos indivíduos, contanto que seja disseminada em sua verdadeira face, a libertadora.

Ao final da década de 1950, o educador pernambucano Paulo Freire iniciou a sistematização de seu método de ensino para a alfabetização de adultos. Suas primeiras experiências de aplicação do método se iniciaram na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1962, tendo a participação de 300 trabalhadores que foram alfabetizados em 45 dias. O método freireano estimulava a compreensão do registro escrito a partir do conhecimento do aluno e da conscientização da população sobre a realidade brasileira de maneira dialógica. Considerava que a educação, para ser transformadora e emancipadora, necessitava considerar e respeitar as pessoas, suas culturas e modo de vida (FREIRE; CARNEIRO, 2015, p. 04).

De 1958 até 1961 foi realizada a Campanha Nacional de Analfabetismo e também em 1958 aconteceu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, um marco para o ensino EJA, no qual Paulo Freire foi destaque. Paralelo à ação governamental, este evento foi fruto da ação da sociedade civil, que ansiava por uma mudança no quadro socioeconômico e político da nação. Com base nas ações desenvolvidas durante o evento, o Estado se viu pressionado a executar reformas que modificassem substancialmente a proposta da EJA nos anos anteriores.

A maioria das iniciativas de EJA, até então, surgiram com a participação do estado. A necessidade de prestar contas à comunidade internacional sobre os índices de analfabetismo fez com que o estado buscasse encontrar

soluções imediatas para resolver o problema instalado e erradicar o analfabetismo. Manifestações populares apareceram indo de encontro às iniciativas do Estado. Com isso, a divergência de ideias sobre um mesmo tema, formas de abordagens e iniciativas pedagógicas com traço marcante do grupo interessado surgem na tentativa de instituir programas que solucionem os problemas do grupo social em questão (FRIEDRICH *et al*, 2010, p. 402).

Em 1967 foi instituído Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, e embora o mesmo propagasse um discurso voltado à educação, suas principais aspirações consistiam na oposição aos ideais freireano de educação, e no controle político e ideológico da população. Tal controle era efetivado através da centralização dos mecanismos e instituições de ensino, ficando à mercê de inspetorias do estado. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “Lei nº 5.692, promulgada em 1971, incluiu, pela primeira vez na história das legislações educacionais, um capítulo destinado à EJA, então chamada de Ensino Supletivo.” (OLIVEIRA, 2007. p. 246).

Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade: a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adulto que não a tenham seguido ou concluído na idade própria; b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte (BRASIL; 1971).

Em parágrafo único, a legislação ainda exprime que “as entidades particulares que recebam subvenções ou auxílios do Poder Público deverão colaborar, mediante solicitação deste, no ensino supletivo de adolescentes e adultos” (BRASIL, 1971), que mostra uma abertura estatal para intervenções privadas nesta modalidade de educação.

A partir de 1985 com a redemocratização do país, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) é extinto e ocupa seu lugar a Fundação EDUCAR, com as mesmas características do MOBRL, porém sem o suporte financeiro necessário para a sua manutenção. Com a extinção da Fundação EDUCAR em 1990 ocorre a descentralização política da EJA, transferindo a responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização aos municípios. (FRIEDRICH, 2010, p. 398).

Com essa transferência de responsabilidade pública para os municípios e de acordo com o Parecer emitido em alinhamento com as novas proposições legislativas, é estabelecido que:

[...] os sistemas de ensino estaduais e municipais terão autonomia para normatizar os cursos de EJA, inseridos na condição de educação básica regular. Ao mesmo tempo, enquanto modalidade, a EJA assume uma identidade própria para atender aos processos educacionais de alunos muito diferenciados em relação à idade, classe, sexo, raça, cultura e experiência de vida (OLIVEIRA, 2007, p. 246).

## 1.2 O ATUAL ESTADO DA EJA NO BRASIL

Após nova reforma, a LDB de 1996 surgiram algumas modificações no âmbito da Educação de Jovens e Adultos e passa a ser regulamentado que a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, “com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996). Em período atual, o texto da Base Curricular Nacional – BNCC<sup>2</sup> cita em sua introdução a importância de se estruturar um ensino de modo a satisfazer as necessidades da população de jovens e adultos em alinhamento com os pressupostos educacionais previstos na legislação vigente, tomando decisões que acatem ambos os fatores.

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2018, p. 17).

No que diz respeito ao processo de subsequência da EJA, embora o mesmo se organize de forma específica, são seguidos os mesmos critérios do ensino regular, ou seja, exposição dos conteúdos, compreensão dos mesmos, e encaminhamento para as fases posteriores a partir de média prevista para aprovação nas disciplinas. No entanto, com as colocações impostas pela reforma educacional, o currículo sofrerá grande impacto quanto à sua disposição. Visto que anteriormente 13 disciplinas eram comuns em nível médio, agora serão agrupadas em quatro áreas do conhecimento: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e

---

2 “A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, p. 07)”.

suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e sociais aplicadas. Com base nisso, será estipulado pela Base Nacional Curricular Comum o que deve ou não ser ensinado durante os três anos de extensão do Ensino Médio, sendo obrigatórias apenas às disciplinas de Português, Matemática e Inglês.

Além disso, os conteúdos a serem ministrados correspondem a 40% da grade curricular, e podem ser optados pelos estudantes de acordo com suas aspirações profissionais e perspectivas de ensino adotadas pela instituição. Com a construção deste itinerário formativo, foram selecionadas cinco áreas: Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas e Formação técnica profissional. A EJA se apresenta em diversos formatos atualmente, que serão detalhados mais adiante:

- EJA: A educação para adultos é o tipo de educação orientado para adultos que completaram ou abandonaram a educação formal. É uma prática em que adultos se envolvem em atividades sistemáticas e sustentadas de autoeducação a fim de obter novas formas de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores.
- EJATEC: O Programa EJATEC é uma das propostas do Novo Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nele, os alunos e alunas tem 300h de educação profissional integrada à formação geral básica e recebem, ao concluir o curso, o certificado de Ensino Médio.
- EJA Prisional: EJA dentro das cadeias para oferecer aos presos à oportunidade de estudarem enquanto estão reclusos. A cada 12h de aula assistida o detento tem direito a um dia de remição de pena.
- Educação Indígena; Educação do Campo; EFA (Escola de Família Agrícola) e Quilombolas / Kalungas: EJA oferecida aos indígenas e moradores das zonas rurais que podem frequentar – como qualquer cidadão – a EJA da cidade ou a EJA pode ir até regiões que precisam de professores para alfabetizar esses cidadãos.

Assim como previsto na Constituição Brasileira de 1988, os municípios dispostos em todo o território nacional têm por responsabilidade ofertar uma educação de qualidade e de cunho gratuito a todas as camadas sociais, se estendendo do Ensino Fundamental ao Médio, e atingindo crianças, jovens e

adultos. “Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Dentre essas ofertas de ensino público, em 2006, o Governo Federal lançou o projeto intitulado Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, com o intuito de atender a demanda da Educação de Jovens e Adultos enquanto política pública, destinada à formação profissional. A obrigação da implantação de cursos profissionais na modalidade EJA nos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET foi estabelecida pela Portaria 2.080/2005. Ainda neste mesmo ano, a Portaria 2.080 foi ratificada pelo Decreto 5.478, instituindo o PROEJA.

A partir de então, ficou definido, por exemplo, que as instituições federais de educação profissional deveriam implantar cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007, sendo que já em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição (tendo como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior) seriam destinadas a esse público. A expansão da oferta deveria ocorrer a partir de 2007 e esta ampliação deveria estar incluída no plano de desenvolvimento institucional (PDI) da instituição federal de ensino (FREIRE; CARNEIRO, 2015, p. 5).

Dentre as instituições ofertantes da modalidade EJA podem ser identificadas múltiplas configurações, como por exemplo, escolas de ensino regular cuja modalidade EJA é implantada e ofertada no período noturno; assim como instituições de ensino desenvolvidas com o objetivo de ofertar integralmente e unicamente esta modalidade que são intituladas de Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, como é o caso do CEJA – Professora Alzira de Souza Campos, criado em 1995 na cidade de Catalão. Também existem os institutos de ensino, responsáveis por ofertar a educação de jovens e adultos de forma concomitante ao ensino profissionalizante, visando claramente à inclusão dos sujeitos no mercado de trabalho através de cursos tecnicistas. “Concernente aos CEJAs são educandários especializados na educação de jovens, cujo atendimento volta-se a adultos e jovens com mais de 15 anos no Ensino Fundamental, e mais de 18 anos no Ensino Médio” (LEÃO *et al*, 2015, p. 69). As EJAs são implantadas com maior frequência em cidades com um número significativo de habitantes, pois em cidades pequenas o

número de alunos é reduzido, o que por muitas vezes não possibilita a abertura de turmas com número de alunos exigido.

### 1.3 AGRAVAMENTO NO NÚMERO DE EVASÕES ESCOLARES DOS ALUNOS DA EJA DOS ÚLTIMOS ANOS

Historicamente, a Educação de Jovens e Adultos foi alvo de um conjunto expressivo de mudanças, relacionadas diretamente com interesses do capital privado implicitados pelo interesse do público em obter melhores condições de subsistência e possibilidades de ascensão social. Observando especificamente o CEJA - Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos podemos constatar o impacto que a instituição possui sobre a população local, sendo vista como um ambiente de possibilidades de melhorias de vida. Contudo, após reformas na legislação, efetivadas nos últimos anos, o panorama da EJA tenderá a mudar exponencialmente. Embora as novas proposições estabeleçam pontos de sucateamento educacional, os mesmos são explicitados por discursos positivos os quais alegam que as modificações possuem como principal objetivo uma melhor qualidade do ensino.

Dentre as aberturas para modificação da EJA iniciamos com a alteração ocorrida na LDB após a lei nº 13.632 ser sancionada em 6 de março de 2018 durante o governo do então presidente Michel Temer. No texto anterior, constava-se que “Art. 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” [...] (BRASIL, 1996), e foi substituído por “Art. 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.” (BRASIL, 2018).

Observando a sutil modificação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, percebemos que a alteração não acarreta nenhum impacto significativo a EJA, contudo, este ato pode ser considerado como a porta de entrada para as modificações posteriores. Já no ano posterior, nova alteração é efetivada. A Lei Nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019 decreta a modificação de alguns pontos vistos como essenciais para a educação, como o conhecimento das diversas culturas e respeito

as crenças e aspectos étnicos. A lei em questão acrescenta as seguintes pautas ao ensino:

Art. 7ºA - Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal:

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa;

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino.

§ 1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno.

§ 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência.

§ 3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo. (Vide parágrafo único do art. 2)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei. (BRASIL, 2019).

Como podemos perceber com o acréscimo na LDB os preceitos de respeito étnico e conhecimento das culturas são substituídos por uma visão individualista, contrapondo diretamente o ensino laico proposto pela constituição do Brasil em seu inciso I do seu art. 19. A República Federativa do Brasil, desde o século XIX, é laica (do latim *laicus*), ou seja, não pertence ao clero, nem tem religião oficial:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público (BRASIL, 1988).

Em nova alteração, a Lei Nº 13.803, de 10 de janeiro de 2019 substitui parte do texto da LDB-1996 por, “Art. 1º - O inciso VIII do art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de

faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei [...]” (BRASIL, 2019), já o texto anterior legislava “VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei (BRASIL, 2001)” diminuindo 20% da oportunidade de faltas do aluno. O percentual de faltas permitido foi reduzido e, considerando a EJA, enquanto local frequentado por parte considerável de trabalhadores(as) entre 15 e 18 anos - faixa etária da modalidade a qual a lei se aplica, tendo em vista o público alvo dos EJA - essa mudança afeta diretamente na oportunidade de sucesso nos estudos dos alunos. Sobre esse processo de educação e trabalho Zilda Feigel (1996) destaca que:

Educação e trabalho são dois universos sociais que guardam estreita interdependência. Aprende-se na escola e na empresa, onde se acumulam os conhecimentos de natureza teórico-prática, essenciais à formação do indivíduo. Se o atual estudante trabalhador foi levado, quando criança, a abandonar a escola para trabalhar, voltar quando adulto aos bancos escolares é o que de melhor pode acontecer. Muitos foram crianças cujas famílias se viram acossadas por contínuas carências, que tinham uma casa em condições precárias e viviam em estado de pobreza tal que a renda familiar mal cobria as despesas com alimentação, sem margem para as despesas com vestuário, saúde e lazer. Frequentavam uma escola pública que achavam desinteressantes e precisavam trabalhar. (FEIGEL, 1996, p. 61).

Esse fator nos ajuda a discorrer sobre motivos que tiram as crianças/adolescentes da escola durante sua idade regular. Sendo dramático no Brasil, o abandono escolar no ensino médio é um problema que afeta até mesmo países com alto desenvolvimento econômico. Segundo Soares (*et. al* 2015) dentre as características individuais podem ser destacadas: o desempenho educacional (desempenho acadêmico e mobilidade no ensino fundamental, desempenho acadêmico ao longo do ensino médio e retenção no ensino fundamental); o comportamento e atitudes do aluno (tais como o envolvimento acadêmico no aspecto das atividades escolares e das atividades sociais, o absenteísmo e as expectativas educacionais); as características demográficas (cor/raça, gênero); e experiências prévias (como cursar a pré-escola). (SOARES, 2015).

Já se tratando das características institucionais, apontam-se três aspectos familiares: primeiramente a estrutura (se tradicional ou monoparental, por exemplo) e mudanças nessa estrutura familiar (como a separação dos pais) ao longo do

processo escolar; ou a renda e outros recursos familiares; e, por último, o capital social (como altas expectativas educacionais, acompanhamento do progresso escolar dos filhos e a participação na vida escolar dos filhos). Além disso, são apontadas, genericamente, quatro características escolares: a composição dos estudantes da escola; os recursos escolares; as políticas e práticas da escola; e outras características estruturais. No Brasil, diversas pesquisas apontaram que o abandono escolar no ensino médio é influenciado pela necessidade do jovem entrar no mercado de trabalho, seja colaborando com o orçamento familiar, seja para ter o seu próprio dinheiro. (SOARES et. al, 2015).

Para Bordieu (1998) esses fatores podem variar de acordo com idade, série e grupo socioeconômico a que pertence o aluno. Entre os fatores externos, podem-se incluir: o trabalho, as desigualdades sociais, a gravidez, a necessidade de cuidar de familiares. Já no tocante aos fatores internos, tem-se a diferença de linguagem dos atores escolares, atitudes dos professores, características da direção, o programa pedagógico da escola, entre outros.

Por muitos anos parecia ser um consenso de que o problema da educação era um só: a falta de escolas para abrigar todos os alunos que precisavam e queriam estudar. Para Schwartzman (2005) era preciso construir escolas, pagar melhores salários aos professores para que as famílias fossem convencidas a levarem seus filhos à escola. Porém, essa realidade mudou muito, visto que o problema vai muito além de quantidade de escolas. A Revolução Industrial, o Capitalismo, a necessidade de trabalhar para se sustentar mudou completamente a realidade nas escolas. Porém esse problema de evasão escolar existe há décadas.

Comprova-se que muitos dos desafios da educação brasileira podem ser superados por meio da conversa e de troca de experiências com outros professores, coordenadores, gestores, pais e alunos, bem como a comunidade ao entorno da escola. Pois, dessas parcerias podem surgir ideias inovadoras para o desenvolvimento de ações e atividades visando atrair o interesse dos alunos para as atividades escolares, como por exemplo, cursos diversos (cabeleireiro, corte e costura, manicure e pedicuro, eletricitista, mecânica, informática, etc.) em parceria com entidades existentes no município. Vale destacar que a evasão é um problema antigo no Brasil. [...] todos os anos milhares de crianças e adolescentes passam por essa experiência danosa ao seu futuro e ao do país. (FREIRE, 2014, p. 14).

Durante a pandemia a situação de evasão se agravou. Muitos trabalhadores perderam seus empregos, outros tiveram que aumentar um turno de trabalho para

conseguirem prover a família já que a economia entrou em crise, outros perderam a autoestima e a vontade de estudar visto que as aulas presenciais foram canceladas. Com a vacinação em andamento e mais de 70% da população com pelo menos uma dose da vacina contra o Covid-19 as aulas presenciais foram retomadas, em sistema de rodízio, a partir de agosto de 2021, mas muitos alunos não voltaram para a escola. Muitas mulheres – alunas do CEJA – tiveram filhos durante a pandemia, muitos alunos estão trabalhando em mais de um emprego para conseguir se reestruturarem financeiramente, dentre outras várias alegações de ausência tem deixado nosso público ainda mais escasso.

## **CAPÍTULO II - CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROFESSORA ALZIRA DE SOUZA CAMPOS: HISTÓRIA E AS TRANSFORMAÇÕES IMPOSTAS PELA LEGISLAÇÃO**

### **2.1 A EJA COMO É HOJE E COMO SURTIU O CEJA PROFESSORA ALZIRA DE SOUZA CAMPOS EM CATALÃO - GOIÁS**

A partir da discussão estabelecida é possível introduzir o Centro de Educação de Jovens e Adultos Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos de modo a identificá-lo em meio a essa sobreposição de legislações e analisá-lo de modo a considerar aspectos como o cotidiano escolar, práticas pedagógicas (projetos, atividades), e as mudanças propostas pela legislação produzida nos últimos anos.

Com dados do regimento interno o Centro de Educação de Jovens e Adultos - Professora Alzira de Souza Campos localizado à Rua Tenente Coronel João Cerqueira Neto, nº 370, Bairro Mãe de Deus, CEP 75 702 280, CNPJ 04925133/0001-20, telefone (64) 3411-1108, em Catalão – Goiás, entidade mantida pelo Poder Público Estadual, administrada pela Secretaria Estadual de Educação, sob a jurisdição da CRE – Coordenação Regional de Educação, Estado de Goiás. Lei de Criação nº 42.614 de 17 de abril de 1995, Lei de Denominação nº 11.880 de 30 de dezembro de 1992 ministra o curso Educação de Jovens e Adultos, compreendendo a 2ª Etapa (de 6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental e a 3ª Etapa – Ensino Médio nos turnos matutino e noturno com a finalidade de assegurar uma educação filosófica, político, pedagógica, estrutural e funcional, garantindo a flexibilidade didático-pedagógica, enquanto instrumento indispensável à consecução de uma política educacional para a Educação Pública Estadual.

Porém, a educação no CEJA - Professora Alzira de Souza Campos vai muito além de assegurar educação filosófica, político, pedagógica, estrutural e funcional. O regimento conta também com princípios e fins educativos que levam o CEJA para um patamar além do proposto em documentos: entender quem são os alunos e valorizar o que eles vivem fora da escola para garantir que o ensino seja efetivo para eles, transformador. Por isso alguns princípios são especificados para que esse ensino seja feito de maneira acolhedora:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – Pluralismo de ideias e de compensações pedagógicas;
- IV – Respeitar a liberdade e apreço à tolerância;
- V – Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – Gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – Valorização do profissional de educação escolar;

VIII – Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – Garantia de padrão de qualidade;

X – Valorização da experiência extraescolar;

XI – Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

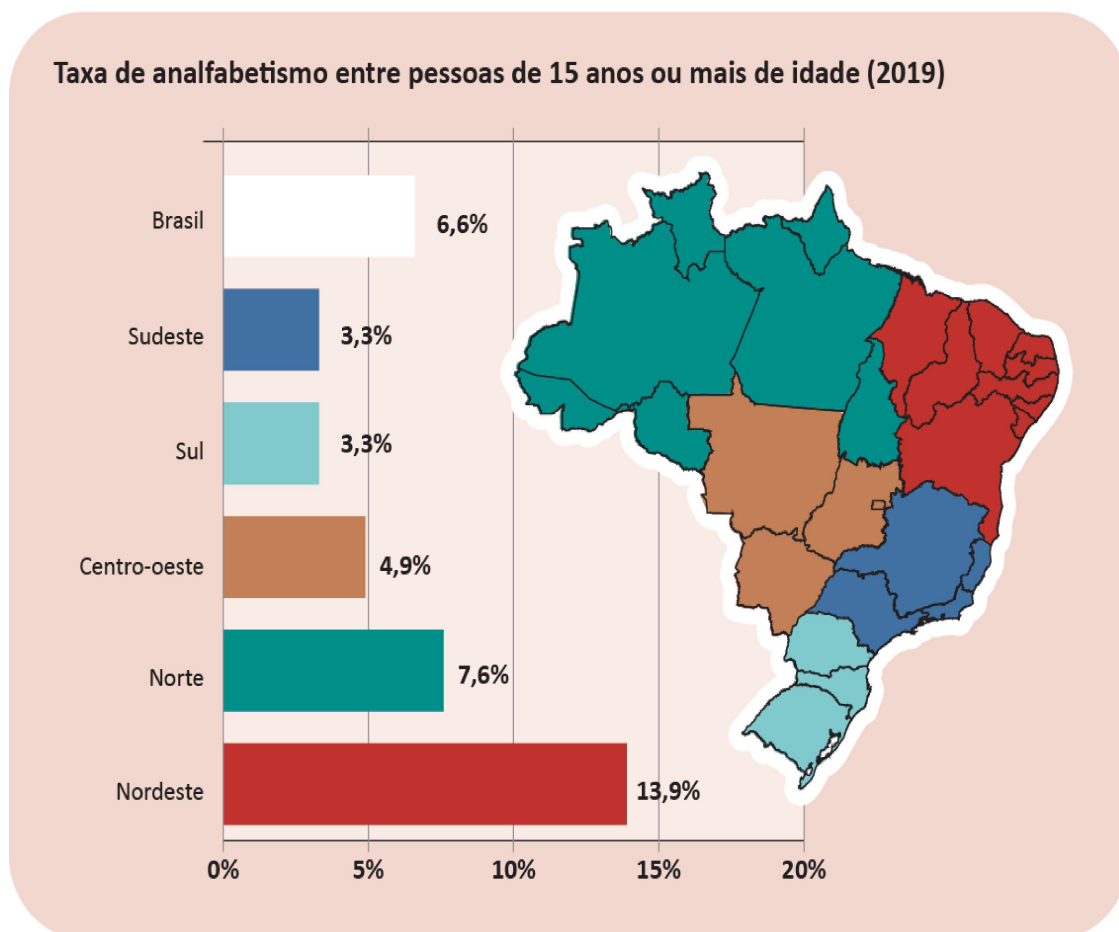
XII – Flexibilização de horários para atendimento ao público.

Esses 11 princípios estão regulamentados para que a Educação de Jovens e Adultos seja efetiva – o XII já tem sido feito, porém ainda não está oficialmente no regimento –, já que os fatores externos são completamente diferentes dos alunos em idade normal, por isso os princípios estão inspirados na solidariedade humana e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do aluno, com o preparo para a cidadania e qualificação no trabalho.

Art. 4º- A educação oferecida pela unidade escolar visa o desenvolvimento do educando como ser histórico, através de práticas metodológicas que propiciem oportunidades de vivenciar os conteúdos de maneira integral, com base nos preceitos metodológicos que correspondam às necessidades do ensinar e do aprender, que poderá de fato ser efetivada através da aquisição do conhecimento, da troca de experiência, da participação na vida em sociedade e da compreensão de seus direitos e deveres, favorecendo lhes a integração em seu contexto sócio-histórico-cultural. (Regimento Escolar, 2020, p. 6).

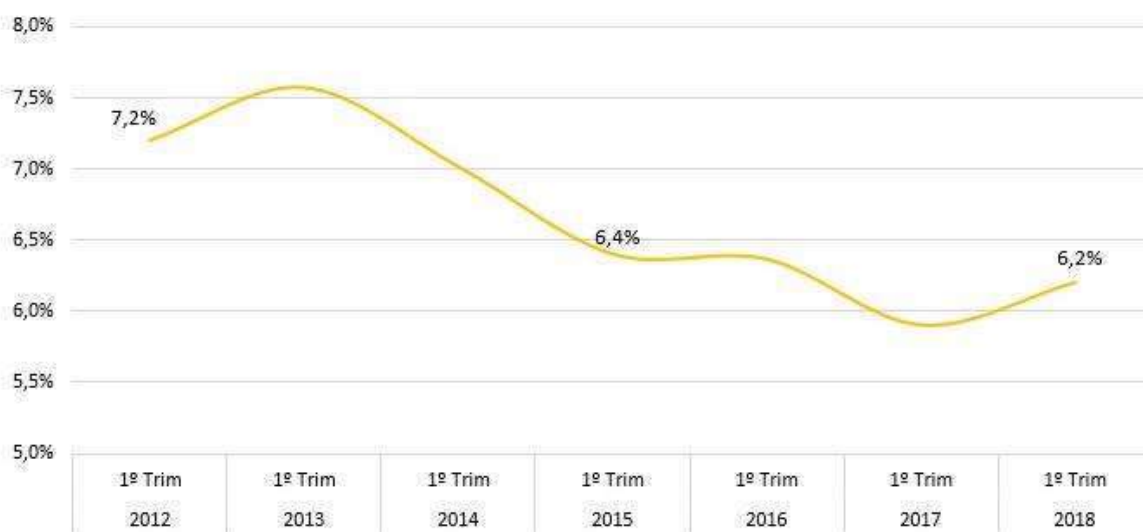
O CEJA - Professora Alzira de Souza Campos segue este regimento com o intuito de oferecer o que tem de melhor aos seus alunos: a aprendizagem de maneira mais humanizada, adequada a vida do aluno, com o objetivo de formar cidadãos com estudo para que tenham uma vida de mais oportunidades. Porém, muitos empecilhos – que serão detalhados nos capítulos seguintes –, de diversas ordens, atrapalham o sucesso no resultado esperado, apesar dos esforços constantes dos profissionais para que esse ensino seja sempre de qualidade e efetivo, principalmente quando se trata de efetivar o conhecimento para pessoas que apresentam atraso escolar que é um número ainda muito considerável, tanto no Brasil, quanto em Goiás e em Catalão, e diversos estudos ressaltam o baixo nível educacional atual da população brasileira, como apontam os gráficos e tabela abaixo:

**Gráfico 1:** Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade por região do Brasil (2019)



**Fonte:** IBGE, *Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012-2019.*

**Gráfico 2:** Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade em Goiás entre 2012 e 2018.



Fonte: IBGE, Pnad.

Como consta no gráfico 1 o número de jovens e adultos em situação de analfabetismo ainda é preocupante, principalmente nas regiões Nordeste e Norte, que historicamente foram alvo de maior exploração. Contudo, nas demais regiões, embora haja um índice inferior de analfabetismo, ainda pode ser combatido por meio de políticas públicas comprometidas com uma educação direcionada à igualdade social. Na região Centro-Oeste na qual o estado de Goiás está inserido a taxa de analfabetismo em 2019 era de 4,9% da população acima de 15 anos, levado em consideração que entre 2012 e 2018 esse índice caiu como aponta o gráfico 2.

**Tabela 1:** Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade em Catalão - Goiás em 2010.

Cor ou raça	Grupo de idade	Quantidade
AMARELA	15 anos ou mais	45
BRANCA	15 anos ou mais	1.581
INDÍGENA	15 anos ou mais	9
PARDA	15 anos ou mais	1.811
PRETA	15 anos ou mais	315
Total	15 anos ou mais	3.761

Fonte: própria autora, com dados do IBGE.

**Tabela 2:** Números da escolarização na cidade de Catalão em 2019/2020

IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	6,3
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	5,2
Matrículas no ensino fundamental [2020]	13.044 matrículas
Matrículas no ensino médio [2020]	3.919 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2020]	678 docentes
Docentes no ensino médio [2020]	288 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2020]	51 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2020]	19 escolas
Número de escolas com EJA [2020]	2 escolas

Fonte: própria autora, com dados do IBGE.

A tabela 1 mostra especificamente a situação de Catalão no ano de 2010, de acordo com o Censo do IBGE, no qual mais de 3.500 jovens não estavam alfabetizados. Na tabela, eles estão divididos por cor/raça e os números mais significantes são de jovens pretos e pardos que representam mais de 50% do número total dos analfabetos deste Censo de Catalão, o que destaca não apenas o problema do analfabetismo como também um problema racial. O gráfico nos permite identificar que grande parte do público alvo da EJA se encontra em estado de formação de nível fundamental incompleto.

**Tabela 3:** Números de alunos matriculados no EJA de Catalão no segundo semestre de 2021 no sistema prisional divididos por gênero, idade e série.

<b>2º "C" - PRISIONAL - MATUTINO</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	17	18 E 19	0
FEMININO	0	20 A 29	8
		30 A 39	7
		40 A 49	2
		ACIMA DE 50	0
		<b>TOTAL</b>	<b>17 ALUNOS</b>
<b>3º "A" - PRISIONAL - MATUTINO</b>			

<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	43	15 E 19	22
FEMININO	0	20 A 29	8
		30 A 39	1
		40 A 49	10
		ACIMA DE 50	2
		<b>TOTAL</b>	<b>43 ALUNOS</b>
<b>4º "A" - PRISIONAL - MATUTINO</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	56	15 E 19	27
FEMININO	0	20 A 29	13
		30 A 39	4
		40 A 49	5
		ACIMA DE 50	7
		<b>TOTAL</b>	<b>56 ALUNOS</b>
<b>4º "D" - PRISIONAL - MATUTINO</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	14	15 E 19	0
FEMININO	0	20 A 29	0
		30 A 39	7
		40 A 49	7
		ACIMA DE 50	0
		<b>TOTAL</b>	<b>14 ALUNOS</b>

Fonte: própria autora, com dados do SIGE.

A tabela 3 mostra especificamente a situação do sistema prisional de Catalão no segundo semestre de 2021 em que 130 alunos estavam matriculados. Percebemos pela tabela que não há mulheres do sistema prisional estudando e isso se deve ao fato de a ala feminina ficar em outro bloco e para que as alunas frequentem as aulas elas precisam sair das celas e passarem por um corredor externo para adentrarem ao local onde são ministradas as aulas. Pela possibilidade de fuga durante esse deslocamento, as aulas de EJA não são ofertadas para as presas na cidade de Catalão o que se configura como algo inaceitável para os professores, mas que tudo que poderia ser feito pelo CEJA para que elas tenham estudo já foi feito.

Vale destacar também dessa tabela acima que a idade que apresenta maior número de alunos é entre 15 e 19 anos e o menor número está na faixa etária acima

de 50 anos. Por isso, é preciso entender que a educação prisional no Brasil tem uma árdua tarefa: incluir não só quem a sociedade exclui, mas também quem a escola abandonou. De acordo com o IBGE dos 726,7 mil presos em todo o país, 70% não concluíram o Ensino Fundamental, 92% não terminaram o Ensino Médio, 8% são analfabetos e menos de 1% ingressou ou tem diploma do Ensino Superior, realidade também presente na EJA de Catalão. Segundo o Infopen (2017) menos de 13% dos presidiários tem acesso à educação no país, o que agrava muito a situação dos presos, visto que 96% deles são pobres, ainda segundo a Infopen (2017), que não tiveram acesso à escola quando eram mais novos e dificilmente tem esse acesso quando estão presos.

É possível destacar ainda que de acordo com o público da EJA há também uma grande diferença entre o público matriculado no período matutino e no período noturno, especificamente no período matutino o público feminino é de 63,7%, bem superior ao público masculino e também as idades médias de estudantes são de 20 a 29 e, em seguida, de 18 e 19 anos, conforme tabela abaixo:

**Tabela 4:** Números de alunos matriculados no CEJA de Catalão no segundo semestre de 2021 no período matutino divididos por gênero, idade e série.

<b>1º "A" 3ª ETAPA - MATUTINO</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	13	18 E 19	12
FEMININO	16	20 A 29	12
		30 A 39	4
		40 A 49	1
		ACIMA DE 50	0
		<b>TOTAL</b>	<b>29 ALUNOS</b>
<b>2º "A" 3ª ETAPA - MATUTINO</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	13	18 E 19	10
FEMININO	20	20 A 29	12
		30 A 39	6
		40 A 49	3
		ACIMA DE 50	2
		<b>TOTAL</b>	<b>33 ALUNOS</b>
<b>3º "A" 3ª ETAPA - MATUTINO</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	

MASCULINO	19	18 E 19	18
FEMININO	43	20 A 29	26
		30 A 39	13
		40 A 49	3
		ACIMA DE 50	2
		<b>TOTAL</b>	<b>62 ALUNOS</b>

Fonte: própria autora, com dados do SIGE.

Já no período noturno o número de alunos é muito superior à quantidade do matutino, normalmente o público noturno ultrapassa o dobro do público matutino. Outro detalhe importante é que, usualmente, este período também é composto mais por mulheres do que por homens, salvo exceções.

**Tabela 5:** Números de alunos matriculados no CEJA de Catalão no segundo semestre de 2021 no período noturno divididos por gênero, idade e série, no ensino presencial.

<b>1º SEMESTRE 2ª ETAPA - NOTURNO</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	15	18 E 19	8
FEMININO	21	20 A 29	11
		30 A 39	7
		40 A 49	7
		ACIMA DE 50	3
		<b>TOTAL</b>	<b>36 ALUNOS</b>
<b>2º SEMESTRE 2ª ETAPA - NOTURNO</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	22	18 E 19	11
FEMININO	29	20 A 29	13
		30 A 39	6
		40 A 49	2
		ACIMA DE 50	5
		<b>TOTAL</b>	<b>37 ALUNOS</b>
<b>4º SEMESTRE "B" 2ª ETAPA - NOTURNO</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	21	18 E 19	13
FEMININO	27	20 A 29	13
		30 A 39	10
		40 A 49	8
		ACIMA DE 50	4

		<b>TOTAL</b>	<b>48 ALUNOS</b>
<b>4º SEMESTRE "C" 2ª ETAPA - NOTURNO</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	25	18 E 19	19
FEMININO	23	20 A 29	12
		30 A 39	14
		40 A 49	2
		ACIMA DE 50	1
		<b>TOTAL</b>	<b>48 ALUNOS</b>
<b>1º SEMESTRE "B" 3ª ETAPA - NOTURNO</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	13	18 E 19	10
FEMININO	15	20 A 29	12
		30 A 39	2
		40 A 49	4
		ACIMA DE 50	0
		<b>TOTAL</b>	<b>28 ALUNOS</b>
<b>1º SEMESTRE "C" 3ª ETAPA - NOTURNO</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	15	18 E 19	11
FEMININO	16	20 A 29	8
		30 A 39	10
		40 A 49	2
		ACIMA DE 50	0
		<b>TOTAL</b>	<b>31 ALUNOS</b>
<b>1º SEMESTRE "D" - NOTURNO</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	17	18 E 19	0
FEMININO	0	20 A 29	8
		30 A 39	5
		40 A 49	4
		ACIMA DE 50	0
		<b>TOTAL</b>	<b>17 ALUNOS</b>
<b>2º SEMESTRE "B" 2ª ETAPA - NOTURNO</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	21	18 E 19	11
FEMININO	26	20 A 29	16
		30 A 39	10
		40 A 49	6
		ACIMA DE 50	4
		<b>TOTAL</b>	<b>47 ALUNOS</b>

**Fonte:** própria autora, com dados do SIGE.

No período noturno está em destaque que o aluno adulto trabalhador é palpável na realidade brasileira, sendo possível apenas estudar no período noturno, visto que algumas pesquisas feitas no estado de Goiás apontam que mais de 50% do total de alunos do segundo grau estudam e trabalham ao mesmo tempo, número muito significativo, conforme gráfico acima.

O CEJA também oferta a modalidade EaD – já ofertada anterior a pandemia visto que ela é uma EaD, ou seja, preparada para ser on-line, mais conhecida como EJATEC, que está prevista na Resolução CEE/Pleno nº 02 de 22 de fevereiro de 2008 e implantada em 2019, como EJATEC normatizada conforme a Portaria Nº 2935/2019 – SEDUC (8336807) e Instrução Normativa Nº 1/2012. Credenciada e autorizada segundo a Resolução CEE/CP Nº 12 de agosto de 2019” (PPP, 2020, p. 19).

O curso de Educação de Jovens e Adultos na modalidade a Distância (EJATEC), está organizado no ambiente virtual de aprendizagem Moodle, na plataforma da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, denominado Escola Virtual [...]. Neste Ambiente Virtual de Aprendizagem são oferecidas quatro salas de estudos, uma para cada área de conhecimento, regulamentada pela Base Nacional Comum Curricular. Cada estudante tem acesso à esta Plataforma por meio de uma senha pessoal, gerada pelo sistema após a efetivação da matrícula e que poderá ser modificada pelo aluno posteriormente, conforme lhe aprover (PPP, 2020, p. 20).

**Tabela 6:** Números de alunos matriculados no CEJA de Catalão no segundo semestre de 2021 no EJATEC divididos por gênero, idade e série, presencial.

<b>1º EJATEC</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	18	18 E 19	8
FEMININO	26	20 A 29	19
		30 A 39	11
		40 A 49	4
		ACIMA DE 50	2
		<b>TOTAL</b>	<b>44 ALUNOS</b>
<b>2º EJATEC</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	37	18 E 19	25
FEMININO	53	20 A 29	34

		30 A 39	19
		40 A 49	10
		ACIMA DE 50	2
		<b>TOTAL</b>	<b>90 ALUNOS</b>
<b>3º EJATEC</b>			
<b>SEXO</b>		<b>IDADE</b>	
MASCULINO	58	18 E 19	39
FEMININO	68	20 A 29	58
		30 A 39	19
		40 A 49	5
		ACIMA DE 50	6
		<b>TOTAL</b>	<b>127 ALUNOS</b>

Fonte: própria autora, com dados do SIGE.

Com base nos apontamentos efetuados durante este tópico pode-se constatar que a estruturação contemporânea da EJA é fruto de um conjunto de movimentações e conflitos entre o poder estatal e as classes baixas, o que nos remete diretamente a um processo de construção da consciência crítica da população acerca de seus direitos básicos de sobrevivência, como a educação, por isso “somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua conivência com o regime opressor” (FREIRE, 1987, p. 32).

Como já apontado a EJA perpassou um contingente significativo de transformações que integralmente partiram de interesses atrelados às necessidades capitalistas, e minimamente sociais. Contudo, nas últimas décadas, a modalidade representou novas perspectivas à Educação de Jovens e Adultos, voltadas às suas vivências e particularidades.

A escola para pessoas jovens e adultos precisa organizar-se considerando a diversidade que compreende o cotidiano e os espaços da EJA, repletos de todas as idades que compõe cada categoria- jovem ou adulto- na sua especificidade. A heterogeneidade peculiar a esta modalidade de ensino faz com que o espaço do diverso seja repleto de riqueza social e cultural. Há aspectos que fazem desses estudantes seres ímpares que, por meio de suas histórias de vida, de suas memórias e representações, preenchem o cotidiano da Educação de Jovens e Adultos e, por sua vez, precisam ser preenchidos por “escolas” que entendam as suas particularidades (ALMEIDA; CORSO, 2014, p. 09).

Contudo, algumas questões permeiam esta modalidade de ensino, impondo demandas provenientes das mais diversas estruturas sociais, pois, o problema é multifacetado, de um lado há “o desafio de responder às necessidades materiais de milhares de pessoas analfabetas que vivem em extrema pobreza, e do outro, a responsabilidade de atender às atuais exigências de um mundo globalizado” (OLIVEIRA, 2007, p. 243).

A modalidade Educação de Jovens e Adultos possui determinadas especificidades quanto ao seu público e a tratativa metodológica que se dá ao mesmo, pois, enquanto no ensino regular as crianças e jovens constroem seu conhecimento institucionalizado alinhado à sua evolução cognitiva, já na EJA, os jovens e adultos já adentram o ensino imbuídos de conhecimentos prévios, que se construíram ao longo de suas vivências e experiências cotidianas. “Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), os sujeitos têm um conhecimento ou saber vivido que difere do conhecimento ou saber escolar: no primeiro aflora o valor da experiência, do saber popular, o valor da maturidade e da sabedoria.” (OLIVEIRA, 2007, p. 243).

[...]do ponto de vista metodológico, a EJA deve além de trabalhar os conteúdos sistematizados, aproveitar as experiências dos discentes, numa perspectiva de análise crítica, para provocar uma discussão permanente entre os alfabetizandos e sobre o que estão aprendendo. É importante o respeito pelos saberes vividos, pelas experiências e pelas motivações internas que integram a autoestima desse segmento populacional (OLIVEIRA, 2007, p. 244).

Completando, a autora destaca que as instituições de ensino devem desenvolver práticas pedagógicas que estimulem os debates sobre as relações entre o saber escolar e o saber de vida, afinal o público da EJA deve ser integrado considerando sua origem, e é preciso trabalhar tanto conteúdo sistematizado quanto de experiência de vida. Nesta mesma linha de raciocínio que propõe Oliveira (2007), Miguel Arroyo, professor titular emérito da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), escreve *Passageiros da noite* (2017) que conta, em vinte e três capítulos, de forma sensível e reflexiva histórias de jovens-adultos trabalhadores e frequentadores da EJA que buscam, diariamente, com esperança e confiança, melhorias na vida futura com os estudos, mas que é um caminho cheio de distanciamentos, como relata também Paulo Freire na *Pedagogia do oprimido* (1987).

No livro, esse distanciamento é marcado por questionamentos sobre o olhar com que os alunos da EJA percebem seus professores-educadores e de como exigem ser enxergados por eles, e sobre como os educadores veem os percursos e itinerários escolares (ou de vida!) feitos pelos alunos trabalhadores em busca de igualdade e justiça. O autor prossegue com reflexões mais pertinentes à formação desses profissionais da educação, ou ainda quanto à função da pedagogia e da docência como arte ou ciência que defende o direito à formação humana. Enfim, fica claro que esses alunos pouco conhecem de si mesmos, procuram respostas às suas indagações na EJA, mas nem sempre encontram explicações confortantes; e essa ausência de identidade reforça o sentimento de desumanização do qual são vítimas. (FERREIRA; VITORINO. 2019, p. 3).

Podemos destacar que os autores possuem pontos de afirmação em comum concernente à EJA e sua articulação pedagógica e importância social. Diferentemente da educação regular esta modalidade se caracteriza pela integração de um público já em idade adulta, repleto de vivências e experiências pessoais, ou seja, o processo de ensino/aprendizagem deve se articular de modo a dar significado aos conteúdos aplicados, relacionando-os com a vida diária de cada sujeito. Com isso somos remetidos diretamente aos pressupostos de Paulo Freire que destaca em suas obras de forma contínua a importância de uma educação articulada de modo que a autonomia dos indivíduos seja exercida e a significação de seu cotidiano através da prática escolar efetivada. Ou seja, cabe ao professor, assim como a instituição de ensino:

[...] o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária-, mas também [...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação ao ensino dos conteúdos. (FREIRE, 2020, p. 31).

Com base nas palavras de Freire podemos identificar a importância que o autor atribui à valorização dos saberes desenvolvidos em ambiente exterior à escola. Visto isso, a atuação docente possui significativo impacto nos rumos trilhados pela modalidade EJA, pois as práticas educativas, destinadas a este público, se configuram de forma específica se comparada a educação direcionada às crianças e jovens em âmbito regular.

O professor da EJA é aquele que facilita, promove, cria e recria, junto aos seus alunos, experiências de aprendizagem, as quais dizem respeito aos novos conhecimentos, mas, também, em relação aos processos de reconhecimento de si próprios como sujeitos pertencentes a um amplo

contexto de significações – fatos passados, experiências vividas que podem corroborar na provocação de sentidos às suas aprendizagens (ZAMPERETTI; NEVES, 2013, p. 17).

Tais proposições acima desenvolvidas nos permitem compreender o teor particular e específico designado às instituições de Educação de Jovens e Adultos, contudo, cada instituição se estrutura de forma única, pois, considerando que a mesma é composta por sujeitos imbuídos de vivências e subjetividade, sua significação se manifesta de diferentes formas. Porém, a realidade das instituições de EJA tem sido diferente da proposta de levar em consideração o currículo e toda prática pedagógica. Arroyo (2017) nos remete, através de seu texto, a outra realidade: as vítimas de desumanização que por muitos anos foram esquecidos pelos programas educacionais do Governo Federal. Adiante falaremos especificamente do CEJA - Professora Alzira de Souza Campos e as dificuldades enfrentadas em campo.

## 2.2 CEJA PROF<sup>a</sup>. ALZIRA DE SOUZA CAMPOS: HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES

### 2.2.1 História e Organização da Instituição

Como já apresentado anteriormente, situada em Catalão<sup>3</sup>, cidade do sudoeste goiano e integrante do roll das mais expressivas economias do estado, o Centro de Educação de Jovens e Adultos - Professora Alzira de Souza Campos exerce papel fundamental na comunidade local, sendo vista como referência na Educação de Jovens e Adultos da região, atendendo alunos das mais diversas camadas sociais, moradores da zona urbana, rural e até mesmo das cidades vizinhas.

Em 1995 foi criado o ainda chamado CESC (Centro de Estudos Supletivos de Catalão). Sua implantação se deu em abril de 1995 e oficializado pela

---

3 "Catalão é um município brasileiro do estado de Goiás. Localiza-se à latitude 18° 9' 57" sul e à longitude 47° 56' 47" oeste e à altitude de 835 metros. Sua população segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2019, é de 108.618 habitantes e seu PIB per capita [2016] é de 58.559,74 o que o coloca como a terceira maior economia de Goiás naquele ano. Possui área de aproximadamente 3778 km<sup>2</sup>. Também dá nome ao distrito sede do município (os outros dois são Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde) e a uma microrregião do Estado de Goiás, formada pelos municípios de Catalão, Ipameri, Ouidor, Três Ranchos, Davinópolis, Goiandira, Cumari, Nova Aurora, Anhanguera e Corumbaíba" (PPP, 2020, p. 11).

Resolução 277/95 de 17 de abril deste mesmo ano. A unidade escolar começou a funcionar de modo provisório em algumas salas de aulas cedidas pela E.E. “Dr. David de Persicano”, enquanto executava-se a reforma e ampliação do atual prédio onde funcionava a Escola Santa Clara. Era uma experiência ainda pioneira nesta modalidade de ensino e tudo funcionava ainda de forma improvisada. Em agosto de 1996 o CES passou a funcionar em sede própria atendendo o período matutino e noturno, com Ensino Fundamental II e Médio. A partir de 1999 passou a denominar-se de acordo com a Lei 568/99 CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos) “Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos”. (PPP, 2020, p. 13).

O nome atribuído à instituição tem como intuito homenagear a senhora Alzira de Souza Campos, conhecida popularmente como “Filhinha”. Residindo em Catalão, casou-se com Mauro Campos, desembargador do Tribunal de Justiça. Alzira de Souza Campos apesar de não ter formação acadêmica atuou como professora no Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus e se destacou nesta profissão, cita o PPP do CEJA (2020, p. 13). A instituição possui como documento norteador o regimento expresso pelo governo de Goiás, o qual define a modalidade de ensino ofertada como:

Art. 6º - A Educação de Jovens e Adultos destina-se tão somente àqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria, legalmente prevista, ou que nela não puderam permanecer, tendo como objetivo precípua proporcionar-lhes oportunidade para fazê-lo, respeitando-se as suas condições sociais e econômicas, o seu perfil cultural e os seus conhecimentos já adquiridos, visando ao seu pleno desenvolvimento, o seu preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho (REGIMENTO ESCOLAR, 2020, p.06).

Como acima citado, o documento regulamentador da instituição, o ensino ministrado a jovens e adultos possui dois objetivos principais, a formação de cidadãos conscientes, e a qualificação dos mesmos para atuação no mercado de trabalho. O texto do Regimento Escolar (2020, p. 06) da instituição ainda completa que:

A Educação de Jovens e Adultos compreende a alfabetização, a escrita, a leitura, a interpretação, as Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, as Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e as Ciências Humanas e suas Tecnologias, distribuídas em três etapas distintas, sendo permitido o avanço para a etapa, seguinte, observando o que dispõe as normas legais.

Localizada em um ambiente relativamente central da cidade, a instituição facilita que indivíduos de todos os bairros possam frequentar a EJA, ofertando o ensino, assim como novas perspectivas de futuro e melhoria na qualidade de vida. O

CEJA Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos, após décadas de sua construção, se constitui não somente como uma instituição escolar, mas também como um lugar de sociabilidade e estabelecimento de relações de afeto entre seus frequentadores. Com base nisso, a instituição está organizada de modo que uma teia de relações seja estabelecida entre todos os seus componentes, ocorrendo troca de experiências, sugestões e aperfeiçoamentos. Como citado acima, a instituição objeto desta pesquisa se organiza em alinhamento com duas instancias, o poder federal, exposto pelo texto constitucional, e as leis estaduais, expostas em decretos e incluídas no regimento interno da Instituição. Com relação ao ensino ofertado:

O CEJA Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos oferta a Educação de Jovens e Adultos, no âmbito do Sistema Educativo do Estado de Goiás, sendo a modalidade presencial desenvolvida em conformidade com a Resolução Art. 160,206 inciso I da Constituição Federal, da Lei Federal nº 9.394/96, 54, 55, 56. da Lei Complementar Estadual nº 26/98, o Decreto Federal nº 5.478/2005, da Resolução CEE/CP nº 03/2018 e Lei das Diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (PPP, 2020, p. 18).

Alguns projetos desenvolvidos na instituição atuam como potencializadores das interações entre os sujeitos, sendo eles construídos por docentes, gestores, e também sugestões e opiniões dos discentes. É válido ressaltar que esses projetos durante a pandemia foram interrompidos visto que necessariamente precisavam ser executados presencialmente. Com isso, podemos ressaltar que, apesar do CEJA Professora Alzira ter feito tudo que foi possível para que os alunos aprendessem como era no ambiente escolar, muitos projetos foram prejudicados por não ser possível o encontro presencial. Além de aprender conteúdos programáticos os alunos também desenvolvem, presencialmente, habilidades sociais e emocionais através do contato com professores, alunos, prestadores de serviço e outros, afinal, entende-se a educação como a construção de um conhecimento coletivo, de educação e partilha de saberes e, principalmente dentro da EJA, partilha de experiências. Ademais, os projetos foram criados para que o ensino ocorresse sempre maneira lúdica e menos pesada para os alunos que já vem de suas jornadas para a escola. O objetivo sempre foi facilitar a aprendizagem dos nossos alunos. Dentre os projetos mencionados temos:

- **Projeto Educação Ambiental: Horta Escolar** – este projeto já existe na instituição há muito tempo e é realizado através de uma horta e, com ela

nossos alunos são incentivados a entender na prática as aulas de educação ambiental, além de mostrar para eles a importância de conscientizá-los do uso adequado dos recursos naturais, do uso consciente da água, e também o descarte de lixo de maneira correta, sem poluir o ambiente. Vale destacar que muitos dos nossos alunos não têm acesso a educação ambiental, a maioria não lida com descarte correto do lixo para que não haja poluição e é um projeto interativo no qual todas as turmas tem acesso a horta. Infelizmente, na pandemia esse projeto não foi realizado pela impossibilidade de irem até a horta na escola.

- **Aniversário da escola** – todo ano o aniversário da escola é comemorado com muita felicidade pelos alunos e professores. Infelizmente, na pandemia ele também não foi realizado.

**Figura 1:** Aniversário do CEJA Professora Alzira Souza de Campos.



Fonte: acervo do CEJA de Catalão.

- **Projeto Trabalhadores Estudantes: Invisíveis?** – este projeto tem destaque no CEJA Professora Alzira, afinal é um projeto que visa mostrar aos alunos

que eles merecem serem reconhecidos pela sociedade. Quase todos os alunos são trabalhadores e neste projeto eles entendem que as funções desenvolvidas por eles no trabalho são essenciais para sociedade. Os professores lutam para que eles não sofram com a discriminação e desvalorização a ponto de serem considerados invisíveis – levando em consideração que até para o próprio Governo Federal eles se tornaram invisíveis por várias décadas nos planos de educação. É uma realização multidisciplinar com todos os alunos da escola. Infelizmente, na pandemia não foi executado.

- **Projeto Datas Comemorativas** – este projeto valoriza momentos especiais como: Festa Junina, Dia das Mães, Dia dos Estudantes, Dia dos Professores e Dia da Consciência Negra – projetos que trata cada data como especial para os alunos;

- ✓ Dia das mães – é muito importante para o CEJA visto que a grande maioria das alunas são mães, e ele visa acolher as mães do CEJA Professora Alzira de Souza Campos: mães adolescentes, mães mais velhas, mães trabalhadoras. O projeto foca em mostrar o que é ser mãe, como a mãe é vista na sociedade, quais são as preocupações ao ser mãe, e principalmente o que significa o desafio da maternidade e trabalhar fora e ser múltipla dentro de casa ou de ser mãe solo. As mães são acolhidas com muita atenção pelo CEJA e sempre merecem atenção e carinho a parte para que não desistam de estudar.

- ✓ Consciência negra – este projeto visa mostrar detalhes sobre negritude enquanto elemento constitutivo do Brasil, mostrando como o percentual de negro é alto no país e muitos não se assumem negros em virtude da discriminação. O projeto destaca também a importância do negro na formação da história do Brasil. São realizadas várias atividades durante a semana do Dia da Consciência Negra e os alunos se sentem representados e pertencentes aquele momento.

- ✓ Dia da mulher – o projeto trabalha com a temática do universo feminino e como a mulher é vista na sociedade atual: valorização da mulher como trabalhadora, como mãe, como igual ao homem, tudo isso dentro do machismo social. Nossos alunos também participam do projeto com o objetivo de entenderem melhor as mulheres e tratá-las cada vez melhor.

✓ Dia Ação de Graças – o projeto visa mostrar a importância de agradecer por tudo que é vivido e recebido na vida; é dia de agradecer, ter gratidão, desenvolver nos alunos o valor da gratidão, aprender a valorizar tudo que eles conquistam ou que recebem de graça. É interdisciplinar e conta com a participação de todos os alunos.

**Figura 2:** Execução do projeto datas comemorativas – Dia das mães



Fonte: acervo do CEJA de Catalão.

- **Projeto Catalão: sua História, sua gente** – projeto que visa mostrar para os alunos mais sobre a história da nossa cidade, mostrando seus valores e suas conquistas. É realizado pela professora de História que organiza a participação de todos os alunos durante a semana do aniversário da cidade. Na pandemia não foi realizado.
- **Projeto Thanksgiving:** projeto realizado pela professora de História que, durante as comemorações transmite para os alunos todos os detalhes da

comemoração do Thanksgiving no qual sua origem é de 1620, quando imigrantes ingleses comemoravam uma farta colheita em uma plantação em Plymouth, Massachusetts, e convidaram os índios nativos americanos para dividir os alimentos e celebrar com eles. A data é mostrada como importante para agradecer a tudo que recebemos. Na pandemia não foi realizado

**Figura 3: Thanksgiving**







Fonte: acervo do CEJA de Catalão.

- **Semana Cultural** – um projeto interdisciplinar semestral em que, durante uma semana, várias atividades culturais acontecem no CEJA envolvendo todos os alunos. Uma interação cultural – feira de ciências, palestras, atividades em grupo – de muita aprendizagem e que os alunos adoram, mas infelizmente na pandemia também não foi realizado.
- **Excursões:** Todos os anos acontecem visitas a lugares com grupos de alunos para diversos lugares diferentes com o objetivo dos nossos alunos

atingirem conhecimento através de aulas práticas. Na pandemia não foi realizado.

Também são desenvolvidas ações incentivadas pela Coordenação Regional de Educação (CRE), como **Goiás Bem no ENEM**, **Setembro Amarelo**, **Outubro Rosa**, **Novembro Azul**, dentre outros. Desde 2020 o **Setembro Amarelo** faz parte do calendário escolar de meses importantes, para que os professores consigam mostrar aos alunos a importância do cuidado com o outro na tentativa de desenvolver uma sociedade mais fraterna e mais empática, se colocando no lugar do outro, para impedir que tantos jovens fiquem isolados com eles mesmos e com seus problemas e suas dores, o que pode levá-los a atitudes muito radicais como o suicídio, sendo a luta dos professores despertar cultura de maior fraternidade entre as pessoas. Nossos alunos participam ativamente do setembro amarelo.

O **Outubro Rosa** tem como objetivo principal alertar nossas alunas (mulheres) e a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama e mais recentemente sobre o câncer de colo do útero. O **Novembro Azul** é uma campanha de conscientização dirigida à sociedade e, em especial, aos alunos homens, para conscientização a respeito de doenças masculinas, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata.

Desde 2021 o CEJA conta com o projeto **Cerrado** já que o CEJA Professora Alzira de Souza Campos é “nativo” do cerrado, parte do cerrado. Neste projeto o trabalho é para mostrar a importância do cerrado, berço das águas do Estado, bioma que mantém Goiás, que fornece energia elétrica, água potável, pureza do ar; todo esse valor é passado para os alunos. Na realização deste projeto, durante a pandemia, tivemos a participação marcante e especial de um aluno que foi escolhido pela escola para plantar mudas de quaresmeiras como ação do encerramento do projeto. O aluno se sentiu muito orgulho e ao terminar de plantar disse emocionado que sentiria orgulho de passar ali na porta futuramente e contar para os filhos que ele havia plantado aquelas árvores. Conseguimos perceber o orgulho que os alunos sentem de serem incluídos socialmente, se tornando visíveis aos olhos do mundo.

Figura 43: Execução do projeto Cerrado







Fonte: acervo do CEJA de Catalão.

Esses últimos projetos foram os únicos que conseguiram ser mantidos durante a pandemia, ainda que não por completo, mas foram executados da

maneira possível que os professores encontraram para fazê-lo. Outro evento que deve virar projeto é a formatura dos alunos, afinal é uma conquista muito importante deles, que vencem as adversidades e concluem os estudos. O CEJA Professora Alzira de Souza Campos luta diariamente para que o aluno seja valorizado, apesar de todas as dificuldades e entende que muitos alunos tem apenas a escola e os projetos realizados nela para aprenderem e comemorem essas datas.

### 2.2.2 Números anteriores à pandemia em comparação com o momento de pandemia atual

Há muitos anos os níveis de evasão escolar têm aumentado significativamente. As escolas públicas são as que mais sofrem com esse problema, dentre elas expressivamente se destacam o ensino noturno e a Educação de Jovens e Adultos. Na maioria das vezes o abandono escolar acontece pela necessidade de trabalhar e contribuir também para a renda da família, se tornando um problema complexo, de difícil solução e cheio de indagações. Com o avançar da idade esse problema só se agrava visto que além de trabalhar, muitas vezes aquele estudante é o provedor da família, casado(a) e com filho(as), sendo possível surgir novas intercorrências para que o mesmo abandone os estudos. Medeiro Dantas (2010) afirma que o Brasil possui os maiores índices de analfabetismo da América Latina, segundo os dados do IBGE de 2020 atualmente são 11 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever no país. Outro fator que agrava muito na decisão de se manter ou não em uma escola EJA é a baixa autoestima e a distorção série-idade dos alunos já adultos.

Em 2021 ainda foi possível manter os alunos sem frequentarem a escola através de elaboração de apostilas semanais com atividades que transmitam conhecimento para os mesmos. Esta é uma maneira utilizada para que seja possível manter esses alunos à distância até o final de 2021 para evitar uma maior evasão neste semestre, visto que o número de matriculados tem caído constantemente. Os professores do CEJA Professora Alzira se uniram em elaboração de apostilas que são enviadas ou retiradas semanalmente para nossos alunos e, com elas em mãos, eles têm a oportunidade de ler sobre o conteúdo das aulas daquela semana e desenvolverem atividades educativas sobre as mesmas. Essa foi a maneira acordada entre diretora, coordenadores e professores para que o número de

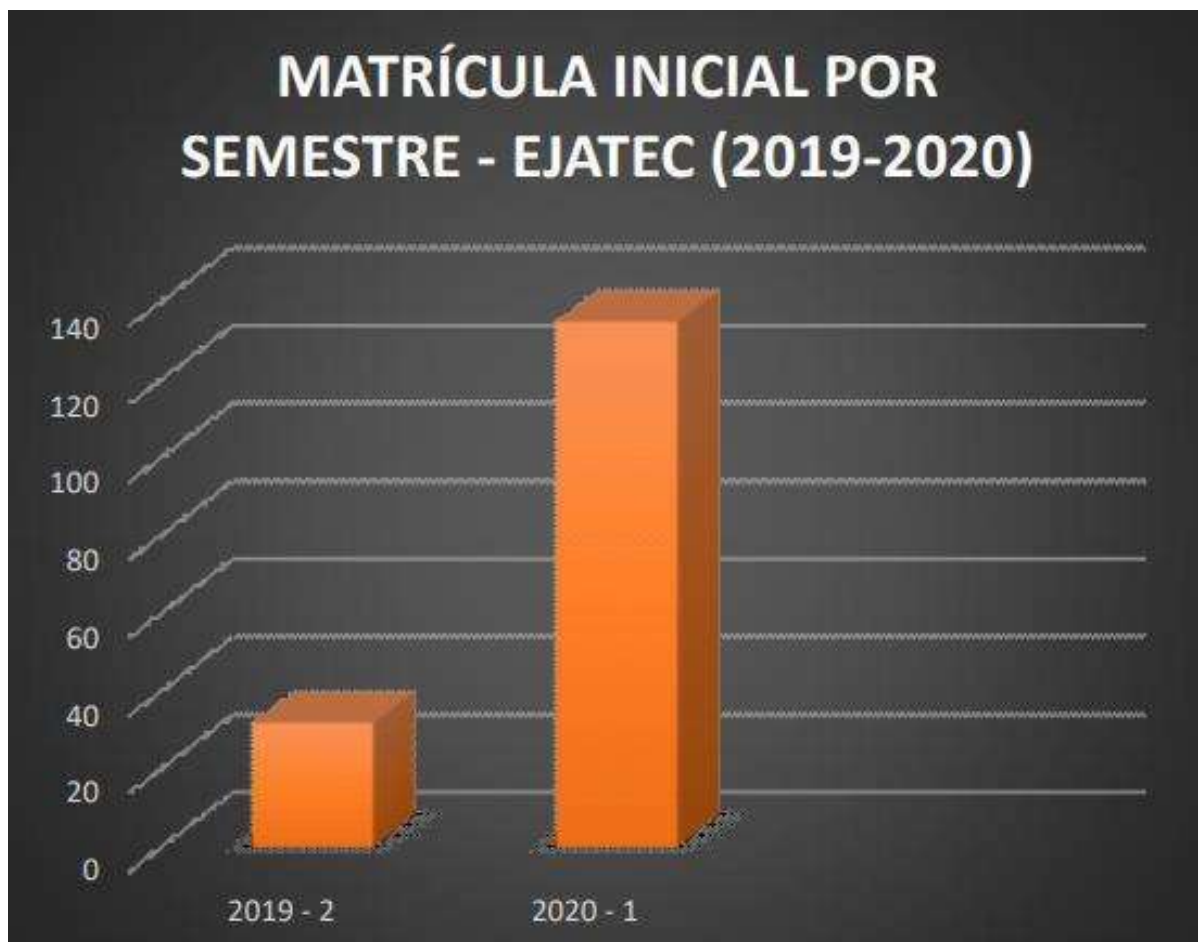
evasões não subisse em 2021. No que corresponde ao número de ingressantes na instituição na modalidade presencial nos últimos anos temos:

**Gráfico 3:** Matrícula inicial por semestre no CEJA Professora Alzira de Souza Campos - presencial (2018-2020)



Fonte: SIGE (2020)

Como podemos perceber pelo gráfico acima o número de matrícula no CEJA Professora Alzira de Souza Campos vem caindo nos últimos anos – assim como o tem acontecido em todo o país com as escolas de Ensino de Jovens e Adultos, passando de quase 600 matriculados para 400 em 2020-1. Porém, em luta constante eu como diretora e todas as coordenadoras estamos sempre em campanha para conseguir mais alunos e incentivar que eles venham estudar, através de propagandas em plataformas digitais, chamadas e entrevistas em rádio, telefonemas para que os que abandonaram voltem aos estudos. Por isso, apesar do número de alunos ter caído em todo Brasil, na escola de Catalão a diferença em relação aos anos anteriores não foi assustadora. Fazemos efetivamente, direção e coordenação, campanhas todos os semestres e tem surtido muito resultado.

**Gráfico 4:** Matrícula inicial Por Semestre- EJATEC (2019-2020)

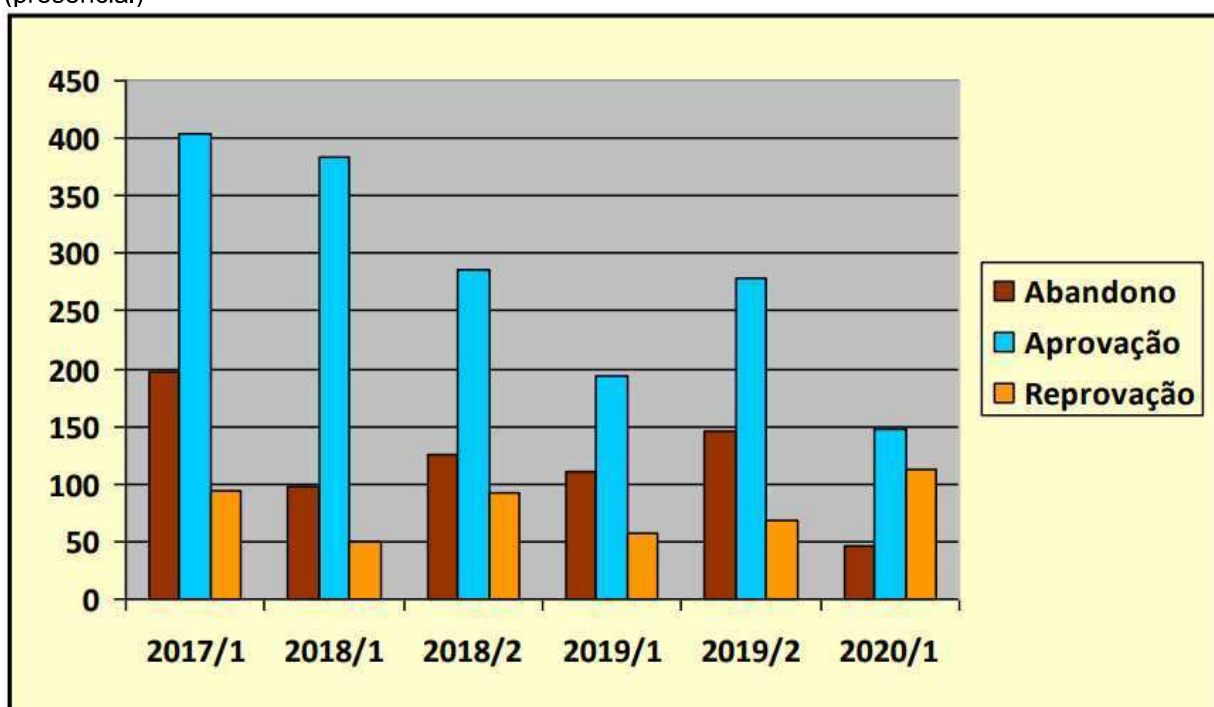
Fonte: SIGE (2020)

Como podemos perceber, com base na implantação da modalidade EaD nas instituições de ensino ofertantes da EJA, pode ser identificada uma ampliação dos domínios da Educação a Distância. Contudo, esta modalidade divide opiniões, visto que ao mesmo tempo em que pode auxiliar na permanência no ensino pode também excluir sujeitos por questões de inacessibilidade. Devido a isso, o fato do CEJA ofertar tanto a modalidade presencial quanto à distância traz maiores possibilidades de integração do público alvo.

Matricula-se no CEJA, um público heterogêneo, tanto do ponto de vista socioeconômico, quanto ao aspecto sociocultural, tendo uma grande bagagem de conhecimentos adquiridos ao longo de suas histórias de vida. São jovens e adultos, professando diversas religiões, com crenças e valores já constituídos. A partir da interação desses conhecimentos, gerados por experiências de vida e de visões de mundo, jovens e adultos podem se apropriar do conhecimento sistematizado, de modo crítico e original ampliando sua compreensão, seus meios de ação, inteirando-se no mundo (PPP, 2020, p. 30).

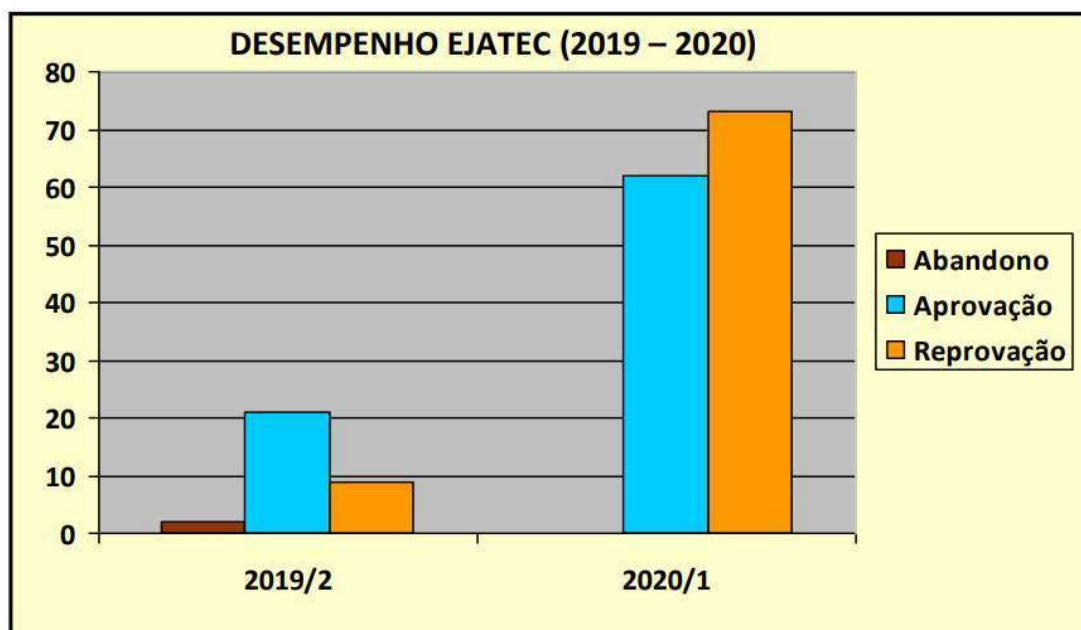
Ao observarmos os dados referentes ao aproveitamento nas duas modalidades fica nítido o grau efetivo de integração dos alunos. Contudo, vale destacar que a maximização das matrículas na modalidade EaD no primeiro semestre de 2020 refletem a atual realidade da pandemia do Covid-19 e o distanciamento social. Porém, levando em consideração este mesmo momento, os gráficos abaixo mostram como o número de aprovados caiu neste formato.

**Gráfico 5** – Número de desempenho do CEJA – Professora Alzira de Souza Campos - 2017 a 2020 (presencial)



Fonte: SIGE (2020)

Observando os gráficos acima podemos identificar que a manutenção dos alunos na instituição se constitui enquanto um dos fatores mais problemáticos, pois, embora o ingresso dos mesmos seja de número considerável, os índices de evasão e reprovação são consideravelmente expressivos. Outro ponto de destaque que fica nítido se visualizado nos gráficos se baseia na queda do número de ingressantes nos últimos anos, demonstrando que embora a instituição seja uma porta de entrada para melhores condições de vida, um conjunto de fatores tem impactado no declínio de seu público, o que nos eleva a um novo debate, este relacionado às transformações que impactaram os Centros de Educação de Jovens e Adultos nos últimos anos, mais especificamente o CEJA Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos.

**Gráfico 6-** Desempenho EJATEC - CEJA – Professora Alzira de Souza Campos (2019-2020) (EaD)

Fonte: SIGE (2020)

Em relação ao expressivo declínio de alunos no ano de 2020 o mesmo está diretamente interligado ao contexto no qual o mundo se encontra, onde a pandemia da Covid-19 exigiu adequações a todas as esferas da sociedade, estando inclusas as instituições de ensino. Neste contexto, o ensino presencial foi inviabilizado, contudo, ao considerar que o tempo de planejamento para tal forma foi mínimo, uma série de problemáticas não puderam ser contornadas, maximizando o processo de evasão, já característico da EJA. Após algumas reestruturações educativas, uma nova proposta de oferta da Educação de Jovens e Adultos foi posta em pauta, sendo ela baseada nas ferramentas digitais, com viés remoto o que pode ser um grande problema visto que sua composição quase que majoritária se dá de pessoas de classe baixa, que por muitas vezes não possuem as ferramentas necessárias para participação de um ensino on-line.

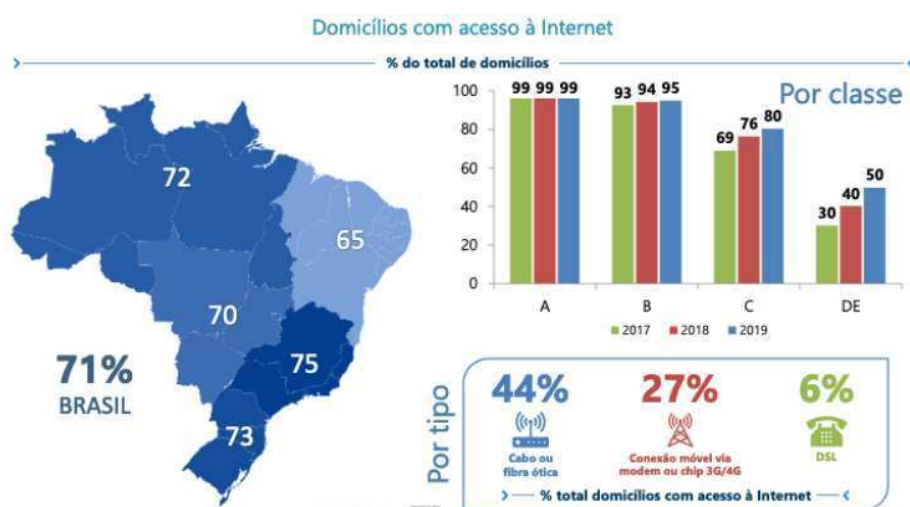
No CEJA – Professora Alzira de Souza Campos, conforme apresentado em gráfico, o número de alunos matriculados no sistema EaD cresceu mais de 300% no começo da pandemia de Covid-19, em março de 2020, e o número de evasão não foi significativo. Porém, o número de reprovados foi maior do que o número de aprovados nas disciplinas, abrindo espaço para outro problema citado acima: as consequências futuras na educação do país. A maioria dos alunos presentes na EJA não possui acesso à tecnologia para assistirem as aulas na plataforma Moodle, muitas vezes não tendo como realizar sequer as atividades propostas pelos

professores. A grande parcela da população que não possui as condições necessárias para ter acesso às novas tecnologias é motivo de inquietação para governos e sociedade civil, mas necessário se faz que se discuta a qualidade deste acesso. Exemplificando, não basta que o indivíduo possa acessar uma Internet de banda larga, mas, principalmente, que ele possua competência para utilizar de maneira satisfatória essa ferramenta.

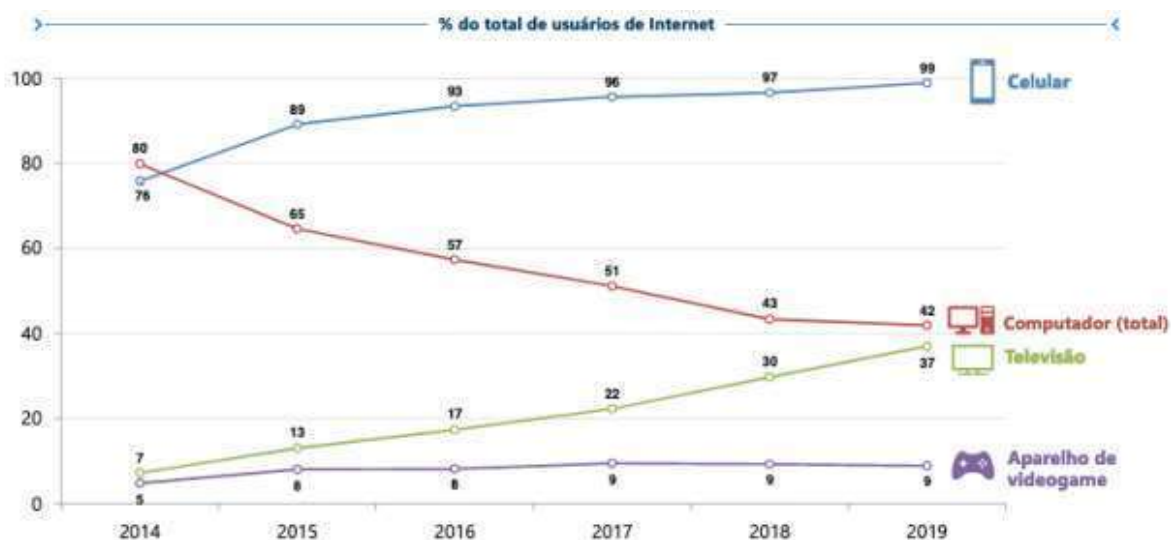
A inclusão digital é – neste estágio de desenvolvimento em que o ser humano se encontra – um dos fatores responsáveis por alavancar o conhecimento e aumentar as possibilidades de progresso social e cultural dos indivíduos. Porém, o acesso às tecnologias digitais, com disponibilidade para todos, em sociedades notadamente marcadas pelas desigualdades sociais, é tarefa árdua, exige vontade política e comprometimento dos atores da sociedade civil. Não obstante o empenho de vários setores para que as sociedades e os indivíduos tenham acesso pleno e de qualidade às tecnologias digitais, o fato é que existem, e ainda persistirão por muito tempo, desigualdades intensas em níveis internacional, nacional, regional e local. (GONÇALVES, 2013, p.9).

O acesso a computadores e a internet é um problema no Brasil comparado a outros países e também internamente já que a disparidade no acesso, obviamente, está diretamente ligada à situação econômica e ao desenvolvimento de cada região. A desigualdade que caracteriza o acesso às tecnologias informacionais entre as populações das regiões, estados e cidades brasileiras confirma o quadro desigual de distribuição de renda, riqueza e acesso à educação entre estas populações, particularmente entre as populações pobres.

**Figura 5-** Usuários de internet no Brasil: total e classe social de 2014 a 2019



**Fonte:** TIC Domicílios 2019 (CGI.br, 2019)

**Figura 6** - Dispositivos utilizados para acesso individual à internet

Fonte: TIC Domicílios 2019 (CGI.br, 2019)

De acordo com as duas imagens acima podemos entender como funciona superficialmente, a inclusão e exclusão digital no Brasil: 71% dos brasileiros utilizaram a internet no ano de 2019, sendo 99%, 95% e 80% das classes A, B e C, respectivamente, e 50% das classes D e E. Apesar de observarmos no gráfico uma curva de crescimento de 10% referente ao ano anterior (2018), a população das classes D e E é a que menos utilizou a internet, com pouco mais da metade dos acessos feitos pelas classes sociais mais altas. Esses dados apontam que as condições de acesso referem-se, também, ao poder aquisitivo das pessoas, sendo que a vulnerabilidade econômica da população influencia e restringe o acesso à internet. Um a cada quatro brasileiros não usa a internet, ou seja, 25% da população. Ainda é possível destacar que a maioria das pessoas utiliza internet por meio da telefonia móvel, com um percentual de 57% de diferença com a população que acessou via computador.

Esse dado é significativo, principalmente em um contexto de pandemia e isolamento social, no qual as tecnologias digitais de rede vêm sendo adotadas na mediação de processos de ensino-aprendizagem, seja na educação básica ou na educação superior. E então o questionamento chega até a nossa educação: será que os processos de ensino-aprendizagem estão sendo pensados em um contexto no qual o educando só tenha acesso à internet via telefone celular, por exemplo? No nosso CEJA Professora Alzira tivemos todo o cuidado ao ministrarmos aulas aos nossos alunos, trabalhamos com materiais impressos na tentativa de o aluno ter

acesso ao conteúdo escrito das aulas. Destacando que no uso de celular é muito difícil que o aluno consiga fazer leitura dos slides ou apresentações de tela do professor. Foi um cuidado especial que tivemos com o objetivo de melhorar a qualidade no nosso ensino remoto para nosso público.

### 2.2.3 A proposta de Educação a Distância na EJA

Há um tema que é alvo de intensos debates e, embora prevista na legislação, sempre foi combatida devido a seu nítido teor de exclusão social: a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos. Os membros da educação, em sua maioria, mantêm a opinião de que afastar os alunos do ambiente acolhedor escolar pode fazer com que o objetivo da EJA não seja completado com sucesso. Contudo, após a propagação do ensino através de ferramentas digitais o Governo Federal, em alinhamento com políticas estaduais e municipais, passou a considerar mais fortemente a possibilidade de permanência da utilização desses meios para os sistemas de ensino/aprendizagem, mesmo anterior a pandemia, como aponta o Art. 17 da Resolução Nº 3, de 21 de Novembro de 2018:

§ 4º Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos deve ser especificada uma organização curricular e metodológica diferenciada para os jovens e adultos, considerando as particularidades geracionais, preferencialmente integrada com a formação técnica e profissional, podendo ampliar seus tempos de organização escolar, com menor carga horária diária e anual, garantida a carga horária mínima da parte comum de 1.200 (um mil e duzentas) horas e observadas as diretrizes específicas. (BRASIL, 2018).

A resolução acima reforça claramente o teor tecnicista e direcionado ao trabalho atribuído à EJA. Contudo, quando se trata de Educação a Distância, as problemáticas são ainda maiores. “§ 5º Na modalidade de educação de jovens e adultos é possível oferecer até 80% (oitenta por cento) de sua carga horária à distância, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico - digital ou não - e pedagógico apropriado” (BRASIL, 2018). A organização curricular das instituições aderentes à resolução aludida acima ainda sofrerá um conjunto de transformações. “§ 8º As áreas do conhecimento devem propiciar ao estudante a apropriação de conceitos e categorias básicas e não o acúmulo de informações e conhecimentos,

estabelecendo um conjunto necessário de saberes integrados e significativos”. (BRASIL, 2018).

Com base nas proposições expostas no texto da resolução mencionada acima, alguns pontos podem ser destacados no que se refere à funcionalidade da modalidade EJA, mais especificamente do CEJA - Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos. Dentre eles podemos destacar inicialmente a acessibilidade aos mecanismos digitais básicos para participação das aulas na modalidade EaD. Diferente dos alunos do ensino regular, já nascidos em uma geração puramente tecnológica, e adaptados culturalmente a lidar com estas ferramentas, o público frequente do CEJA possui especificidades quase que integralmente contrárias aos aspectos da cultura tecnológica, dificultando ainda mais o processo. O acesso ao computador, às plataformas digitais e ao conteúdo se tornam obstáculos para a aprendizagem. Além disso, o artigo 11 do PPP detalha que “a Educação de Jovens e Adultos, na Segunda e Terceira Etapas será oferecida com 5 (cinco) dias de atividades escolares semanais em sala de aula e a EJA/EAD com 20% da carga horária total” (PPP, 2020). Observando o texto do Projeto Político Pedagógico da Instituição que estava vigente em 2020, no ano de 2021 um conjunto de transformações começou a ser efetivadas em sua organização, pois, como já mencionado na resolução, as instituições de ensino dispõem de dois anos para a implementação das novas imposições, e o ensino predominantemente presencial, poderá ser transposto em até 80% para a modalidade EaD, fato esse que a pandemia de Covid-19 acabou ajudando.

Pensando neste ponto podemos afirmar que a suposta implantação da Educação a Distância mudaria extremamente a realidade da instituição em todas as suas esferas, seja no setor pedagógico, seja nas relações estabelecidas entre os sujeitos, e até mesmo na representação que se tem do ambiente escolar enquanto local de aprendizagem, sociabilidade, acolhimento, realização de projetos e compartilhamento de experiências, fatores que ajudam e incentivam muito os alunos a permanecerem no CEJA. Outro detalhe que precisa ser destacado, apesar de já ter sido mencionado neste texto, seriam as problemáticas relacionadas à manutenção dos alunos neste ensino, visto que na forma presencial os índices de evasão são extremos, tendo a necessidade de se adquirir equipamentos tecnológicos para permanecer no processo de ensino/aprendizagem, podemos

apontar que o mesmo se tornaria cada vez mais seletivo devido à dificuldade de aquisição.

As práticas pedagógicas, assim como as metodologias utilizadas, deverão ser totalmente readequadas a esta nova realidade, visto que a interação entre os sujeitos ocorre de forma distinta da forma presencial. Contudo, a principal problemática gira em torno do público alvo da EJA, constituído em sua maioria por trabalhadores de classe baixa, e pessoas em idade mais avançada, o que pode ser um empecilho para o desenvolvimento pleno de ensino já que grande parte da população alvo da EJA se encontra em estado de não conclusão do ensino fundamental, o que nitidamente nos sugere uma tendência a dificuldades de manuseio de aparelhos tecnológicos, mesmo que vistos como simples para os sujeitos da atual geração. Outro ponto que sofrerá forte impacto das transformações a serem efetivadas em 2021/2022 se baseia nas práticas de inclusão já desenvolvidas na instituição:

Art. 24- É dever constitucional do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a Educação Especial a todos os educandos que dela necessitam, pois o direito à Educação Especial decorre do direito subjetivo universal à educação básica para o exercício da cidadania e da política pública de inclusão social que garanta a adoção de medidas individualizadas e coletivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem em instituições de ensino. (REGIMENTO ESCOLAR, 2020).

A instituição em questão conta com um conjunto de professores de apoio especializados em auxiliar alunos com demandas específicas em seu cotidiano educativo. Segundo o Regimento Escolar (2020), compreende-se por professor de apoio aquele que:

IV- Atuar em sala de aula, atendendo a estudantes com limitações motoras e cognitivas manifestas, por exemplo, nos casos da deficiência intelectual, dos transtornos globais do desenvolvimento, da paralisia cerebral e nos casos em que a deficiência visual e auditiva, bem como o Transtorno de Déficit de Atenção por Hiperatividade (TDAH), acompanhados de limitações cognitivas que implicam dificuldades de aprendizagem; isto é, dificuldades referentes à escrita, à leitura e ao raciocínio lógico matemático. A atuação do professor de apoio se justifica somente quando as limitações resultam em dificuldades no acompanhamento das atividades acadêmicas curriculares. V- Atuar de forma integrada com o professor regente, devendo participar, ativamente, do planejamento e de todas as atividades desenvolvidas no ano de sua atuação. (REGIMENTO ESCOLAR, 2020).

As práticas de inclusão desenvolvidas no CEJA Prof.<sup>a</sup> Alzira Souza Campos se baseiam no vínculo desenvolvido entre professor de apoio e os alunos assistidos, sendo assim, uma eventual transição para os meios digitais de educação, acarretaria diretamente no rompimento das relações diretas, pois, assim como qualquer outro aluno, as relações de afeto estabelecidas presencialmente, potencializam os resultados do processo de ensino/aprendizagem. Além deste conjunto de questões, a escola também perderia gradativamente sua significação, não somente enquanto instituição escolar, mas também como ponto de encontro e estabelecimento de relações de afeto entre os vários componentes da comunidade. Contudo, em meio a uma série de tensões, a modalidade a distância é apresentada como uma possibilidade de redução de custos, o que demonstra o nítido desinteresse dos sistemas públicos de ensino direcionados a EJA.

## **CAPÍTULO III - O CEJA PROF.<sup>a</sup> ALZIRA DE SOUZA CAMPOS E O CONTEXTO DO ENSINO REMOTO**

### **3.1 TRANSFORMAÇÕES IMPOSTAS PELA PANDEMIA**

Até meados do ano de 2019, o Centro de Educação de Jovens e Adultos – Professora Alzira de Souza Campos possuía um público de cerca de 400 alunos como mostrou o gráfico 4. Parte considerável destes indivíduos morava em bairros próximos à Instituição, no entanto, também estavam matriculados alunos de outros bairros, da zona rural e até mesmo de outras cidades. No entanto, desde o ano de 2017 a queda nas matrículas vinha se tornando uma realidade, assim como a elevação dos índices de infrequência. Em Catalão em 2018 cerca de 520 alunos se matricularam no CEJA. Em 2020 esse número caiu para menos de 400 (ver gráfico 4). Na cidade de Catalão- GO outras escolas que ofertavam a modalidade de ensino EJA foram sendo gradativamente fechada, prática esta, subsidiada por um discurso que induzia à concentração dos alunos no CEJA. Atualmente, na cidade, a modalidade é ofertada em apenas duas instituições, no CEJA - Professora Alzira de Souza Campos e no Colégio Estadual Dr. David Persicano.

O ano de 2020 foi iniciado com cerca de 300 alunos, mas com a disseminação do vírus Covid-19 e o fechamento das escolas, várias mudanças e adequações foram impostas às escolas, incluindo o CEJA. Dentre os principais problemas identificados um muito importante se destacou: a falta de domínio das tecnologias por parte tanto dos professores e alunos. Como forma de desenvolvimento de estratégias de organização da Instituição em perspectiva remota, vários encontros e reuniões on-line foram realizados, tornando-se eventos recorrentes e cansativos e, além das reuniões de planejamento institucional, também foram realizados encontros organizados pela Secretaria de Estado de Educação – a SEDUC. Dentre vários temas foram discutidos nessas reuniões questões pedagógicas. Cursos e *lives* de formação também ocorreram com frequência para o melhoramento dos professores ao usarem a tecnologia como transmissor primordial do conhecimento, principalmente com o nosso público que está composto por alunos de diversas idades e condições sociais.

Com relação à disposição dos professores da instituição em perspectiva remota, os professores(as) foram direcionados a permanecer em ambiente domiciliar, enquanto isso o corpo administrativo (diretora, secretária, coordenadores

de turno, coordenadores pedagógicos, bibliotecário, vigias, funcionários da limpeza e merenda) permaneceu na escola de modo presencial, salvo os casos daqueles que tem comorbidades ou idade superior a 60 anos – que se enquadram em grupo de alto risco para contaminação de Covid-19; estes também atuaram de forma remota. Vale ressaltar que alguns profissionais permaneceram de sobreaviso, ou seja, não atuaram em determinado período, mas poderiam ser acionados em eventuais necessidades para exercer funções por muitas vezes diferentes daquela de origem, o que se justifica pelo contexto e pela indisponibilidade temporária de profissionais dos mais diversos setores.

Com o início das atividades remotas, os celulares pessoais, antes tidos como ferramentas de comunicação e descontração tornaram-se mecanismos de trabalho. O uso majoritário destes aparelhos pode ser justificado por sua praticidade, e também pelo fato de parte considerável dos professores e alunos não possuírem computadores. Também destacamos que, considerando o teor inesperado de implementação do ensino remoto, o uso dos celulares foi tido como a possibilidade mais acessível, devido a isso os mesmos passaram a ser automaticamente as principais ferramentas de desenvolvimento das atividades educativas e somente em momentos posteriores aplicativos de vídeo conferência passaram a ser utilizados.

Além disso, os horários de expediente, antes delimitados de modo a contribuir com o descanso dos profissionais, tornaram-se conturbados, visto que as demandas por muitas vezes chegavam de forma tardia, exigindo empenho em horários além do estabelecido. Com relação às demandas sua maioria provinha da SEDUC que solicitava constantes relatórios sobre questões relacionadas ao número de alunos que possuíam/possuem acesso aos celulares e quantos dos mesmos estavam/estão participando das atividades remotas. Além da demanda citada este órgão também desenvolvia ações de incentivo à visualização das aulas do Brasil Central enfocando a necessidade de realização de cursos de formação por parte dos professores e gestores. Também destacamos as ações cotidianas como: realização de matrículas dos alunos, busca ativa dos alunos em prol de sua permanência no processo de ensino aprendizagem, entrega de kits, dentre outras ações corriqueiras. O incentivo à visualização de teleaulas se deu de forma frequente:

[...] informamos a Vossas Senhorias que, a partir de 4 de maio de 2020, segunda-feira, os alunos da Rede Estadual de Ensino terão, à disposição, mais um mecanismo de estudo, que é o acesso aos conteúdos por meio de

aulas transmitidas, ao vivo, pela Televisão Brasil Central - TBC e pelas Rádios Brasil Central AM 1270 e RBC FM 90,1, preparadas pelas Equipes Pedagógicas da Superintendência do Ensino Médio e da Superintendência de Educação Infantil e Ensino Fundamental, ambas desta Secretaria. Esclarecemos que serão televisionadas 02 (duas) aulas de 15 minutos cada, referentes aos Componentes Curriculares do Ensino Médio, com transmissão às 10 horas e, no vespertino, às 15 horas, e 02 (duas) aulas de 15 minutos cada, relativas aos Componentes Curriculares do Ensino Fundamental.

Como podemos observar a disponibilização de conteúdos para os três níveis da educação se deram de modo diverso, fazendo uso de ferramentas de rádio, televisão e também internet. Contudo, é importante destacar que nenhuma menção é feita à EJA, o que demonstra que suas particularidades quando ao público frequente foram desconsideradas, assim como sempre aconteceu ao longo da história da educação. A EJA passou anos sem ser citada nos documentos do Governo Federal sobre educação.

No ano de 2020 os grupos do WhatsApp<sup>4</sup> ficaram repletos de mensagens, contudo, essa interação foi se tornando menos frequente apontando tendências de evasão. Devido a isso, foram desenvolvidas ações para alcançar os alunos de modo a trazê-los de volta à escola, processo este intitulado “busca ativa”. Este processo foi orientado pela SEDUC e o discurso apontava a importância de nenhum aluno permanecer à margem do processo de ensino-aprendizagem na pandemia.

Dentre as principais justificativas do não retorno à escola, tinha-se: condições impróprias de saúde; falta de recursos financeiros das instituições e dos alunos; desemprego dos alunos que acabavam perdendo a motivação de estudar; emprego em horário que atrapalhavam as aulas e também necessidade de dedicação aos filhos/família que agora se encontravam em tempo integral em casa. Com relação a não possibilidade de permanência na escola devido ao trabalho, destacamos que os alunos têm a possibilidade de mudar seu turno de estudo – matutino ou noturno, prática esta que sempre foi frisada pela equipe gestora, para diminuir o número de evasões.

Em meio a este contexto de baixos índices de matrícula e frequência foi desenvolvido pela atual diretora do CEJA – Professora Alzira de Souza Campos, autora deste trabalho, um processo de divulgação da escola com o objetivo de

---

<sup>4</sup> WhatsApp é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet.

alcançar novos alunos. Esta divulgação foi efetuada por meio do rádio, folders virtuais, propagandas ambulantes, blogs e redes sociais. Pôde-se constatar que dentre as tentativas de divulgação desenvolvidas, a realizada por meio de blogs conhecidos na cidade foi a mais efetiva no quesito atratividade dos alunos, conseguindo atingir o objetivo esperado.

Na busca ativa também foram/são efetuadas constantes ligações aos alunos, práticas esta que era pouco realizada no contexto anterior à pandemia. No CEJA, as coordenadoras tanto de turno quanto pedagógicas realizam essa ação de forma efetiva, o que tem surtido efeito na manutenção dos alunos na escola. Dentre os principais argumentos utilizados para convencer os alunos a retornar aos estudos, destaca-se a importância da educação para a ampliação das possibilidades de trabalho e, conseqüentemente, da qualidade de vida e também as possibilidades de ingresso em um curso superior.

### 3.2 CONFLITOS GERADOS PELA PANDEMIA

Em relação à estruturação da escola pode-se identificar que o ambiente virtual e o ensino remoto de modo geral atuaram enquanto mecanismos de obstrução da organização institucional, visto que tencionou as relações entre os sujeitos de modo a criar conflitos que não ocorriam no modo presencial. Com isso, foi identificada uma degradação da comunicação, o que pode ser exemplificado pelas informações direcionadas à escola, que antes eram submetidas a um processo hierárquico para que posteriormente pudessem ser disseminados aos demais indivíduos, contudo, no meio digital a divulgação de conteúdos e informações se tornou desordenado, gerando erros de comunicação e conflitos entre os professores. Um desses momentos pode ser exemplificado pela seguinte situação: no processo de divulgação de determinadas informações e orientações, os órgãos normatizadores como a SEDUC solicitam um prazo para organização de tais dados para que posteriormente as orientações possam ser divulgadas de forma clara. No entanto, considerando o ambiente virtual, este processo de tratamento das informações foi por muitas vezes ignorado, gerando a circulação de direcionamentos distorcidos, desencadeando conflitos e divergências informativas.

As informações chegavam à escola pelo seguinte fluxo: Secretaria da Educação- SEDUC, CRE e instituição de ensino. Anteriormente ao ensino remoto,

tais dados eram enviados via e-mail institucional e também por meio de ligações. No atual momento, estes dados são divulgados em redes sociais, blogs e páginas virtuais, o que possibilita supostos “vazamentos” em momento anterior à sua versão final, fenômeno este que tem se manifestado também no ambiente interno da instituição.

Esta primeira organização em que o administrativo permaneceu de modo presencial e os demais casos e cargos exerceram suas funções em domicílio, se estendeu do mês de abril a maio de 2020, e posteriormente de agosto a dezembro do mesmo ano. Contudo, com a chegada do ano letivo 2021 a configuração foi modificada. No início do período escolar, os professores retornaram ao cumprimento de suas atividades de forma presencial, nos meses de fevereiro de 2021, contudo, logo já retornaram à proposta anterior, visto que os casos de Covid-19 começaram a aumentar novamente, o número de mortes subiu muito e a cidade decretou lockdown<sup>5</sup>. Neste período, a logística da escola foi novamente modificada: antes seu funcionamento era apenas nos turnos matutino e noturno, e no atual contexto a escola está em funcionamento nos três turnos, matutino, vespertino e noturno para atender qualquer demanda necessária.

### 3.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA PANDEMIA

Com relação às práticas pedagógicas, pode-se constatar uma degradação significativa da qualidade do ensino, que perpassou desde a não postagem de atividades no grupo de WhatsApp, às vezes por não possuírem uma internet de qualidade, às vezes por não dominarem as tecnologias e até o enfrentamento de problemas pessoais e de saúde pelos professores e demais colaboradores decorrentes do período de pandemia, o que impedia a realização plena das atividades escolares.

---

<sup>5</sup> Lockdown em português significa fechamento, confinamento. É caracterizado pelo bloqueio total das entradas de determinada região. A medida pode ser adotada em âmbito municipal, estadual ou nacional. Os acessos são bloqueados por trabalhadores de segurança, evitando a entrada e a saída de pessoas no referido perímetro. A circulação de pessoas na cidade também fica restrita. Apenas profissionais dos serviços considerados essenciais, principalmente relacionados aos setores de saúde e alimentação, podem circular. A estratégia de lockdown é uma atitude extrema, já adotada em algumas cidades no Brasil e no mundo durante a pandemia de COVID-19. Só ocorre quando se atinge estado de emergência de saúde pública e o confinamento é a única alternativa disponível para diminuir a circulação e transmissão do vírus.

No contexto anterior ao ensino remoto os conteúdos eram sistematizados na lousa e debates eram realizados com frequência em grande parte das disciplinas. Neste contexto, além das possibilidades de retirada de dúvidas e questionamentos por parte dos alunos, também eram estabelecidas relações de afeto entre os sujeitos (professores, gestores, alunos e demais colaboradores) o que possibilitava a construção de um processo de ensino-aprendizagem pleno e agradável, logo que os indivíduos que ali frequentavam se sentiam pertencentes aquele espaço. Contudo, no atual contexto podemos afirmar que o processo de ensino-aprendizagem se tornou um momento solitário, visto que os alunos não podem se relacionar com os demais colegas e professores de forma tão efetiva quanto antes, já que o ambiente agora é apenas virtual.

Em momentos iniciais da pandemia, os arquivos referentes às disciplinas eram diariamente disponibilizados no ambiente virtual (grupo do WhatsApp), e os alunos efetuavam a devolutiva através de fotos da folha de resposta das atividades. Vale ressaltar que as aulas através de ferramentas digitais de vídeo conferência foram pouco utilizadas, visto que os professores e alunos demonstravam certa resistência à utilização de tais mecanismos por questões de dificuldade de manuseio.

No entanto, devido à maleabilidade do ensino remoto, os índices de frequência se tornaram subjetivos, o que pode ser justificado pelo fato de os critérios para aferição da presença dos alunos serem de certo modo, liberais. Vejamos abaixo os critérios normativos exigidos para controle de frequência:

Sobre o registro da frequência dos alunos neste período: o registro de frequência poderá ser feito de várias maneiras dependendo da tecnologia e/ou dos instrumentos e meios que a escola utilizar para as aulas: presença registrada em meios eletrônicos, em caso de vídeo conferências; respostas eletrônicas aos exercícios, perguntas, estímulos, usados pelos professores; devolução de tarefas escritas, sejam em meios eletrônicos, sejam em papel (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS, 2020).

Contudo, com base em experiências pessoais em outras instituições durante este mesmo contexto, foi possível perceber que, embora seja mais cansativa, a realização das aulas por meio de ferramentas de comunicação síncrona foram muito prazerosas e tiveram melhores resultados, pois embora existam problemas de manuseio e que eles fossem frequentes, a troca de experiências entre alunos e professores permitiu a facilitação e a aprendizagem de diversas funcionalidades de ferramentas, mais especificamente do *Google Meet*.

Em contraposição, pensando especificamente o CEJA, percebe-se que muitos docentes sequer possuíam notebooks, não por questões financeiras, mas sim por não verem importância naquele instrumento, e mesmo tendo adquirido após o início da pandemia, isso fez com que o uso das tecnologias fosse visto como algo muito difícil e assustador em alguns casos de docentes da instituição, afinal foi uma mudança muito radical do ritual que era comum anteriormente: dar aula.

Outro ponto a se destacar, este positivo, é o apoio que está sendo designado aos alunos por meio de Kits Alimentação que foram substituídos por Cartão Alimentação que consistem em um auxílio financeiro em espécie referente ao valor que seria direcionado à merenda. Anteriormente, os alunos eram submetidos a uma análise socioeconômica para identificação daqueles que necessitavam, no entanto, a partir dos atuais direcionamentos do estado, ficou firmado que todos deveriam receber a ajuda de custo.

Sobre as políticas de merenda existentes na instituição, cada aluno possui um valor fixo de R\$ 0,49 diário. Com base neste valor, considerando a não existência de merenda presencial, foi realizada a multiplicação de dias letivos pelo valor que seria designado ao lanche, sendo este alocado no cartão disponibilizado, ou seja, considerando um mês com 22 dias letivos, o aluno supostamente receberia R\$10,78. Contudo, devido a este baixo valor, no atual contexto está sendo disponibilizada a quantia de R\$ 1 por aluno, e também estão sendo considerados os 30 dias do mês, perfazendo um total de R\$ 30 mensais por aluno.

Anteriormente à disponibilização destes cartões alimentação estavam sendo disponibilizados os kits alimentos que eram compostos pelos seguintes produtos: 2 kg de arroz, 1 kg de feijão, 2 pacotes de macarrão, 2 pacotes de molho de tomate e frutas como tomate, laranja, banana. Vale ressaltar que estes kits eram disponibilizados a todos os alunos, independentemente de sua classe social. Vale ressaltar a importância dessa merenda ao aluno trabalhador, com dificuldades, mas também é preciso expor que, infelizmente, os momentos de confraternização acontecidos durante a merenda se findaram devido ao não convívio presencial do grupo.

Com relação às estratégias desenvolvidas para integração dos alunos sem acesso aos meios tecnológicos foram desenvolvidas apostilas impressas que se tornaram de grande valia para a permanência dos mesmos no sistema de ensino-aprendizagem, pois, embora o uso do WhatsApp seja uma das principais indicações,

muitos alunos) não dispõe de tais recursos, o que inviabiliza sua participação nas aulas. A disponibilização destes materiais é feita na escola e a cada 15 dias os alunos vão até a instituição buscar as apostilas. O retorno se dá também por meio de fotos no grupo do WhatsApp e poucas exceções fazem a devolutiva de forma física na escola. Atualmente, apesar do retorno presencial no segundo semestre de 2021, muitos alunos não se sentiram à vontade para retornarem ao CEJA. Professora Alzira de Souza Campos, com isso, apesar da insistência ao retorno da SEDUC, o CEJA ainda mantém o sistema de apostilas ativo para os alunos que não voltaram ao presencial. Provavelmente esse sistema não existirá mais a partir de 2022, quando se espera a regularização total das voltas às aulas 100% presenciais.

Como podemos observar abaixo, a normativa expedida no ano de 2020 não deixa brechas para utilização de recursos impressos, devido a isso a instituição buscou estabelecer métodos que contornassem os problemas de evasão que supostamente decorreriam do ensino ministrado unicamente por meios digitais, e neste contexto foram implementadas as apostilas já mencionadas.

Memorando Circular nº: 80/2020 - GESG- 05716 [...] 6. Preparar materiais específicos para cada Etapa e/ou Modalidade de ensino, observando os meios de acesso, execução e socialização entre todos os envolvidos, tais como: videoaulas, conteúdos organizados, disponíveis por meio de ambientes virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais e correio eletrônico (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2020).

### 3.4 CONTEÚDO DISCIPLINAR NA PANDEMIA

Na pandemia, em relação ao seu desenvolvimento, os professores de todas as disciplinas traçavam os conteúdos, preparavam as atividades e enviavam às coordenadoras. Após o recebimento destes conteúdos, o setor da coordenação exercia o papel de sistematização em um mesmo arquivo, construindo uma apostila simples com papel A4 e grampeada. A organização dos conteúdos das disciplinas é feita (ainda é feita para os alunos que não voltaram para o presencial) em forma de planos de estudo, em que cada plano teoricamente seria referente a determinado conteúdo antes trabalhado presencialmente, ou seja, em uma mesma apostila pode haver vários planos de uma mesma disciplina, o que é definido pela carga horária de aulas daquele determinado componente curricular. Contudo, devemos salientar que a permanência do recurso das apostilas é incerta, pois, considerando as condições

orçamentárias da instituição, acredita-se que em um futuro próximo não haverá fundos suficientes para impressão e disponibilização.

Quando se trata da EJA devemos considerar que seu público é bem específico se comparado ao ensino regular, visto que esta modalidade abarca indivíduos tanto de adolescentes, jovens quanto de indivíduos experientes, o que por muitas vezes reforça a realidade de dificuldades de muitos no manuseio de tecnologias.

Como citado anteriormente a média da faixa etária de todas as etapas de ensino da EJA são iguais ou superiores a 15 anos, o que sugere que parte considerável destes indivíduos exercem outras atividades em consonância com o ensino, demonstrando a especificidade deste público. Devido a sua especificidade, práticas específicas devem ser desenvolvidas, fazendo uso dos conhecimentos prévios existentes nos alunos, e respeitando-os, afinal, em sua maioria são adultos membros de famílias, o que não permite a mesma conduta estabelecida com o ensino regular.

Outro ponto de destaque é a quantidade de cursos online de formação que são oferecidos aos professores. Estas ações alinhadas ao conjunto de demandas faz com que a formação fique um pouco prejudicada, pois nem sempre os docentes têm tempo disponível para apreciarem tamanha carga de cursos ofertados. No atual contexto os projetos desenvolvidos na escola estão estagnados, o que demonstra que certas ações antes cotidianas não estão sendo possíveis de serem executadas na instituição, dificultando ainda mais a permanência dos alunos nas aulas do CEJA

Professora Alzira de Souza Campos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo mostrar as mudanças ocorridas no ensino-aprendizagem durante a pandemia do Covid-19 que assola o mundo desde março de 2020 e, com o alto nível de contágio, uma das maneiras encontradas pela Organização Mundial da Saúde para diminuir o número de infectados foi promover o distanciamento social, tirando todos os alunos dos milhares de salas de aulas existentes pelo mundo e levando-os para atrás das telas de computadores, notebooks e celulares, no ensino remoto. O trabalho mostrou que vários problemas surgiram, com enfoque na educação, com esse isolamento, mas a EJA que já é um trabalho muito difícil, por seu público específico – pessoas mais velhas, trabalhadores, chefes de família, mães e pais – e pela classe social da maioria dos alunos – normalmente são de baixa renda – teve agravamentos intensos – podendo ser inclusive experiências anteriores ruins com a escola que podem ser provavelmente irreversíveis.

O número de evasões que já era enorme na EJA aumentou muito, os alunos que permaneceram no ensino remoto tiveram muitas dificuldades de adaptação, os alunos que migraram para a EaD – EJATEC tiveram altíssimo nível de reprovação, os professores que estavam adaptados com aulas presenciais desde o começo das suas carreiras tiveram que se adaptarem em aulas 100% on-line, os pátios ficaram vazios, a merenda foi convertida em um cartão alimentação, o trabalho dos coordenadores agregou mais uma função: ligar para os alunos constantemente para que eles não desistissem das aulas, o trabalho da diretora – autora deste trabalho – agregou funções motivadoras para que os alunos recebessem sempre mensagens de incentivo para permanecerem no CEJA Professora Alzira Souza de Campos, os projetos foram suspensos, o acolhimento foi cancelado e cada caso específico de aluno foi tratado de maneira especial para que eles permanecessem estudando e a do CEJA de permanecer de portas abertas com a quantidade certa de alunos.

Outro fator de destaque nesse processo é que todos os projetos realizados pelo CEJA – já detalhados anteriormente – foram encerrados durante a pandemia, fazendo com que o espaço de sociabilidade e acolhimento – que proporciona mais segurança e autoestima aos alunos – fosse fechado até o fim da pandemia, ajudando a diminuir muito o rendimento dos alunos que já se mostravam esgotados

por conta de todo o processo de pandemia mundial. Um problema ainda sem solução visível já que a pandemia ainda está acontecendo neste atual momento.

Infelizmente, ainda em 2022, não conseguiremos calcular tamanha devastação da pandemia na educação do país, do estado, da cidade de Catalão e do nosso CEJA em específico. De fato serão anos administrando todas as consequências, as quedas de números em geral, as perdas de alunos e funcionários que tiveram Covid-19. Este trabalho ficará de relato para detalhar o momento atual como fonte de pesquisa para que, quem não viveu, entenda o que realmente aconteceu nos anos de 2020/2021 na educação, principalmente quando se trata de EJA que sempre foi uma educação esquecida pelos projetos nacionais, de pessoas que se sentem invisíveis aos olhos do mundo, trabalhadores que necessitam estudar para que consigam melhores condições de manterem suas famílias. Os alunos invisíveis – para governantes – da EJA jamais serão esquecidos pelos professores, coordenadores e diretores dessas instituições. O ensino remoto trará sérias consequências à aprendizagem dos alunos, mas a luta pelo não sucateamento da Educação de Jovens e Adultos do Brasil continuará para que esses alunos, invisíveis aos olhos do mundo, sejam vistos por todos como parte integrante da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Alessandra de Carvalho Silva; SOUZA, Diana Dayse do Nascimento. **Educação de Jovens e Adultos: contribuições para o enfrentamento da exclusão social**. Universidade Federal da Paraíba, Licenciatura em Pedagogia, Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2874/1/ACSA05042014.pdf> Acesso em: 10 out. 2020.

ALMEIDA, Adriana de; CORSO, Ângela Maria. **Educação de Jovens e Adultos: Interfaces Política, História e Pedagógica**. Curitiba: Unicentro, 2014. 126 p. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/854/5/EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20JOVENS%20E%20ADULTOS.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

ALMEIDA, Adriana de; CORSO, Ângela Maria. A Educação de Jovens E Adultos: Aspectos Históricos E Sociais. In: **XII Congresso Nacional de Educação**, 1., 2015. Anais. Curitiba: Educere, 2015. p. 1283-1299. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753\\_10167.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf). Acesso em: 24 set. 2020.

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma Pesquisa Bibliográfica**. 2007. 24 pgs. s/l Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf> . Acesso em: 24 se. 2020.

ARROYO, M. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI. Afrânio (Org.). Escritos de educação. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 40-64.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 06 jan. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 5.692/1971. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm). Acesso em 07 jan. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em 06 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.632, de 6 de Março de 2018**. Brasília. 2018.

BRASIL. **Resolução Nº 3, de 21 de Novembro de 2018**. Brasília. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.796, de 3 de Janeiro de 2019**. Brasília. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 13.803, de 10 de Janeiro de 2019**. Brasília. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.868, de 3 de Setembro de 2019**. Brasília. 2019.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS. **Nota Técnica nº: 2/2020 - COCP - CEE- 18461**. 2020.

DANTAS, R. V. Medeiros. **Motivos da Evasão dos Alunos da EJA da E. E. Isabel Oscarlina Marques**. 2010. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pós – Graduação Lato Sensu em Psicopedagogia Clínico-Institucional) – Escola Superior Aberta do Brasil – ESAB, Vila Velha, 2010. Disponível em: <http://santaritafm.com/images/ArquivosDownload/Monografia%20%20PSICOPEDAGOGIA.pdf>. Acesso em: 23/09/2021.

DELMONICO, Fábio. **Os Desafios para a Educação de Jovens e Adultos na Contemporaneidade**. 2018. P. 01-17. Disponível em: <https://fapb.edu.br/wp-content/uploads/sites/13/2018/02/ed7/2.pdf> Acesso em: 24 set. 2020.

FIEGEL, Zilda. Educação de jovens e adultos e construção da cidadania. Escola politécnica de saúde Joaquim Venâncio, org. **Formação de pessoal de nível médio para a saúde: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996. 224 p.

CGI.br, Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa TIC Domicílios 2019**. Disponível em: [https://www.cetic.br/media/analises/tic\\_domicilios\\_2019\\_coletiva\\_imprensa.pdf](https://www.cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf). Acesso em: 20/01/2021.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012-2019**. São Paulo/Rio de Janeiro. 2019.

FERREIRA, Edna Maria de Oliveira; VITORINO, César Costa. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa**. Revista Brasileira de Educação v. 24 e 240007, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Poliana Cristina Mendonça; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos: contradições e possibilidades. In: **Anais do III Colóquio Nacional | Eixo Temático I – Políticas em educação profissional**. 2015. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/01/Artigo-3.pdf> Acesso em: 17 jan. 2021.

FREIRE, Rose Héliida Astolfo. **Possíveis causas da evasão escolar e de retorno na Educação de Jovens e Adultos**. Monografia de especialização. Universidade Tecnológica do Paraná. Medianeira, 2014. Disponível em: [http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4434/1/MD\\_EDUMTE\\_2014\\_2\\_74.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4434/1/MD_EDUMTE_2014_2_74.pdf). Acesso em 23/09/2021.

FRIEDRICH, Márcia *et al.* Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: avaliação políticas públicas da Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67/a11v1867.pdf> Acesso em: 22 nov. 2020.

GOIÁS. Secretária de Estado de Educação. **Memorando Circular nº: 86/2020 - GESG- 05716**. Goiânia. 2020.

INTEGRAL, Centro de Referência em Educação. **Educação de Jovens e Adultos- EJA**. 2020. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/especialista-alerta-para-riscos-ead-educacao-jovens-adultos/>. Acesso em: 24 set. 2020.

LDB – Leis de Diretrizes e Bases. **Lei nº 9.394**. 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein\\_9394.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein_9394.pdf). Acesso: 20 set. 2020.

LEÃO, Marcelo Franco *et al.* Centros de Educação de Jovens e Adultos: Uma forma de ofertar educação a quem não teve oportunidade na idade própria em Mato Grosso. **Revista Thema**, Pelotas-RS, v. 01, n. 12, p. 61-73, 2015. Trimestral. Disponível em: <http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/275>. Acesso em: 04 jan. 2021.

NASCIMENTO, Sandra Mara. **Educação de Jovens e Adultos EJA, na visão de Paulo Freire**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Monografia de Especialização. Paranavaí/PR, 2013. 45f. Disponível em: [http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4489/1/MD\\_EDUMTE\\_2014\\_2\\_116.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4489/1/MD_EDUMTE_2014_2_116.pdf) Acesso em: 18 nov. 2020.

OLIVEIRA, Maria O. de Matos; Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos. In: NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM. Orgs. **Memória e formação de professores** [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. 310 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-15.pdf> Acesso e: 07 jan. 2021.

**PPP- Projeto Político Pedagógico**. Centro de Educação de Jovens e Adultos Prof.<sup>a</sup> Alzira de Souza Campos- CEJA. 2020.

**REGIMENTO ESCOLAR.** CEJA Prof.<sup>a</sup> Alzira Souza Campos. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Memorando Circular nº: 80/2020 - GESG- 05716.** 2020.

**SIGE.** Sistema de Gestão Escolar - Goiás. 2020.

SILVA, Jackson R. S; ALMEIDA, Cristóvão D; GUINDANI, Joel F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** 2009. N.01, v.01. s/l. p.1-15. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124\\_1712.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf) Acesso em: 20 set. 2020.

SOUZA, Joyce Bezerra de; FERNANDES, Laedson Luiz; BARRETO, Magna Sales. A Educação a Distância para a educação de jovens e adultos: uma proposta de inserção social. in: **V Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco**, 0., 2018, Recife. Anais. Recife, 2018. p. 02-16. Disponível em: [https://www.fundaj.gov.br/images/stories/epepe/V\\_EPEPE/EIXO\\_10/JoyceBezerradeSouza-CO10.pdf](https://www.fundaj.gov.br/images/stories/epepe/V_EPEPE/EIXO_10/JoyceBezerradeSouza-CO10.pdf). Acesso em: 20 set. 2020.

SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 9-51, 2005.

TRAINA, Agma Juci Machado; TRAINA JUNIOR, Caetano. Como fazer Pesquisa Bibliográfica. Sbc Horizontes: **SBC Horizontes**, São Carlos, v. 02, n. 02, p. 30-35, 2009. Disponível em: <http://www.univasf.edu.br/~ricardo.aramos/comoFazerPesquisasBibliograficas.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020

ZAMPERETTI, Maristani Polidori; NEVES, Ângela Balzano. Refletindo sobre a Formação Docente e a Educação de Jovens e Adultos. In: **Lutas e conquistas da EJA: discussões acerca da formação de professores em Educação de Jovens e Adultos** / Rita de Cássia Grecco dos Santos (org.); Analva Aparecida de Andrade Lucas Passos *et al...* – Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2013. – 165 p. – (Coleção Cadernos pedagógicos da EaD). Disponível em: <http://www.sabercom.furg.br/bitstream/1/1593/1/Lutas%20e%20conquistas%20da%20EJA.pdf> Acesso em: 19 nov. 2020.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa.** 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.